

Rede Social



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DO CONCELHO DE ESPOSENDE

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE
PRAÇA DO MUNICÍPIO 4740-233 ESPOSENDE
TELF. 253 960100 FAX 253 960176
cm.esposende@mail.telepac.pt



EUROPEIA
Social Europeu

Câmara Municipal de Esposende
Praça do Município
4740-233 ESPOSENDE
Telef. 253960100
Fax 253960176
Email: cm.esposende@mail.telepac.pt

1



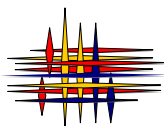
SEGURANÇA SOCIAL



POEFDS

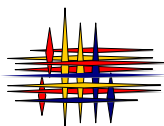


UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



Índice

	Página
Apresentação	3
I – O Plano Como Instrumento Para o Desenvolvimento	4
1.1. Desenvolvimento Social Não Se Resume ao Crescimento Económico	5
1.2. Pilares do Desenvolvimento Social	6
1.3. O Plano de Desenvolvimento Social é o Resultado do Trabalho da Rede Social de Esposende	7
II - Metodologia	10
III – O Plano de Desenvolvimento Social de Esposende	11
IV - Sistema de Informação	55
V - Coerência Externa do Plano de Desenvolvimento Social – articulação com outros instrumentos de planeamento	57
5.1. A Rede Social e o Plano Nacional de Acção para a Inclusão	59
VI - Organização da Rede Social	61
6.1. Objectivos da Rede Social	62
6.2. Desafios subjacentes ao Programa Rede Social	63
Índice de abreviaturas	64
Anexo I – Metodologia de Construção do Plano de Desenvolvimento Social	66



Apresentação

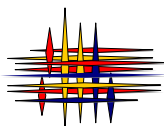
O Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento de planeamento que visa estudar e promover acções intencionais, globais e integradas com o objectivo de prevenir os problemas sociais e promover a solução e/ou redução dos seus efeitos. O presente Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Esposende foi construído a partir do Diagnóstico Social – estudo de perfil sociológico levado a cabo pelo Conselho Local de Acção Social de Esposende, e insere-se num processo de planeamento estratégico que procura dar respostas aos problemas gerados pelas rápidas transformações que ocorrem nas sociedades modernas, a nível local.

A elaboração do Diagnóstico Social Concelhio e a concretização num Plano de Desenvolvimento Social de actividades para responder aos problemas identificados são momentos de um processo complementar e indissociável, que visa o enquadramento e convergência das futuras políticas sociais que promovam o desenvolvimento social local para diminuir as situações de carência, e contrariar os mecanismos de vulnerabilidade no sentido de inverter dinâmicas de exclusão.

O Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento de definição conjunta e negociada de objectivos prioritários para a promoção das respostas às necessidades individuais e colectivas, gerando uma orientação para a prevenção do aparecimento e agravamento das situações de precariedade, antecipando os problemas e as suas evoluções negativas em vez de se dirigir simplesmente à sua correcção.

Centra-se em problemáticas específicas, identifica prioridades em função das que poderão constituir “matrizes” de transformação, ou elementos chave na prevenção do aparecimento de situações de precariedade social.

Trata-se de um instrumento de organização de processos de mudança que deve vincular as propostas de instituições particulares de solidariedade, de forma a articular as iniciativas em curso e a facilitar a racionalização e rentabilização de recursos, a integração de medidas dos vários níveis da Administração local, regional e comunitária e as políticas de nível sectorial. Pretende, ainda, constituir uma forma de reflectir e programar iniciativas que tenham em conta as especificidades locais, não só naquilo que diz respeito às suas dificuldades particulares, mas aos seus recursos e patrimónios (naturais, arquitectónicos, culturais), baseando as intervenções em elementos qualificantes.



I - O PLANO COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

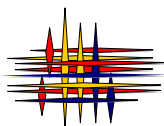
Baseado nos problemas considerados prioritários no Diagnóstico Social de Esposende, o Plano apresenta actividades concretas e realizáveis pelos agentes sociais locais públicos e privados, e representa por isso uma etapa que ultrapassou a fase da recolha de informação, e passou já para um nível de decisão em que são feitas opções, se desenham orientações e cenários de transformação da realidade social.

O Plano estabelece etapas, recursos, objectivos gerais e específicos, metas e estratégias, enfim, organiza um processo de mudança da realidade social.

A elaboração do Plano resulta de um esforço de articulação entre vários sectores e parceiros e traz importantes vantagens para o desenvolvimento social:

1. Permite a racionalização e a adequação dos recursos e das iniciativas em curso, através da articulação dos serviços e das organizações.
2. Permite rentabilizar os saberes e o conhecimento de terreno dos técnicos e das organizações locais na identificação dos problemas e soluções e na definição de estratégias mais adequadas para a sua resolução, visando melhorar a eficácia do conjunto de respostas sociais nas freguesias e no concelho.

O P.D.S. é assim um processo de construção de um cenário desejável e realista que deve ter em conta a natureza multidimensional dos problemas e das soluções.



1.1. Desenvolvimento Social não se resume ao crescimento económico

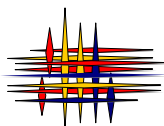
A noção de Desenvolvimento Social surgiu a partir das críticas a modelos de desenvolvimento que valorizavam o crescimento económico e cuja promoção e planificação se fazia de “cima para baixo”. Em Portugal são bem conhecidos os efeitos deste tipo de concepções: grandes desequilíbrios no espaço nacional, geradores de processos de desertificação, envelhecimento demográfico e empobrecimento generalizado das regiões do interior do país; graves desigualdades sociais, problemas de ordenamento territorial; agressão ambiental nos pólos industrializados e urbanizados.

Os conceitos actuais de desenvolvimento social reflectem a consciência colectiva internacional do fosso que separa as regiões mais desenvolvidas das regiões pobres. As noções de desenvolvimento humano, desenvolvimento comunitário e desenvolvimento social vieram trazer perspectivas alternativas de desenvolvimento.

O conceito de DESENVOLVIMENTO HUMANO da ONU exige a realização de três condições essenciais: viver longamente e de boa saúde, adquirir saber e ter acesso aos recursos necessários para gozar de um nível de vida conveniente.

O conceito de DESENVOLVIMENTO SOCIAL reflecte a preocupação com formas de desenvolvimento susceptíveis de contribuir para a igualdade de oportunidades e garantir condições de vida dignas e direitos de cidadania para todos, a mobilização dos actores locais para a resolução dos problemas, aumentando a sua consciência colectiva sobre os problemas sociais, construindo REDES LOCAIS para articular desenvolvimento social, desenvolvimento económico e protecção do ambiente.

O conceito de DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO é definido pela ONU como um "processo tendente a criar condições de progresso económico e social para toda a comunidade com a participação activa da sua população a partir da sua iniciativa". Pressupõe a mobilização de recursos humanos e institucionais mediante a participação activa e democrática da população no estudo, planeamento, e execução dos programas ao nível das comunidades de base destinados a melhorar a sua qualidade de vida.



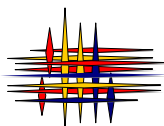
1.2. Pilares do Desenvolvimento Social

As bases do Desenvolvimento Social foram definidas em torno de um conjunto de princípios e de um programa de acção que a Conferência de Copenhaga, em 1995, veio sedimentar e que Portugal também subscreveu.

É com base nestes princípios/metastas que se pretende que sejam orientados os esforços do Plano de Desenvolvimento Social, tendo em conta as especificidades do contexto local.

Considera-se como pilares do Desenvolvimento Social os seguintes princípios estratégicos:

1. **Erradicação da pobreza**, nomeadamente das situações de pobreza mais extremas com a promoção dos direitos económicos, sociais, culturais e civis;
 - acesso ao rendimento de uma maneira geral;
 - promoção do emprego, generalizando o direito ao trabalho, dirigindo esforços para a redução do desemprego através de: sensibilização do sector empresarial para o seu papel social; desenvolvimento do mercado social de emprego; promoção do auto-emprego e do investimento na empregabilidade (dar prioridade à educação e formação).
2. **Integração social** entendida como a construção de uma sociedade justa, fundada na defesa dos direitos humanos, na tolerância, no respeito pela diversidade;
 - igualdade de oportunidades, solidariedade, segurança e participação social, cultural e política de todos, incluindo grupos desfavorecidos e vulneráveis;



Rede Social

- protecção e valorização da diversidade ética, cultural, religiosa, etc.
- 3. **Reconhecimento da importância da família** e da comunidade em matéria de integração social.
- 4. **Dinamização e capacitação das comunidades.**

Estes pilares fundamentais para o Desenvolvimento Social assentam por sua vez, sobre um conjunto de pressupostos:

- 1) Uma noção de Desenvolvimento Sustentável que articula o desenvolvimento social com o desenvolvimento económico e a protecção do ambiente.
- 2) A transparência na administração em todos os sectores, eliminando as formas de discriminação, encorajando as parcerias, com organizações representativas da sociedade civil e favorecendo os mecanismos de associação e participação das pessoas, sobretudo daquelas que se encontram em situação de exclusão.

1.3. O Plano de Desenvolvimento Social é o resultado do trabalho da Rede Social de Esposende

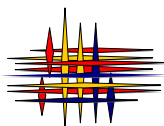
O processo de implementação da Rede Social no concelho iniciou-se a 1 de Maio de 2002. Encontra-se em fase de implementação e resulta da candidatura apresentada em Março de 2002 pela Câmara Municipal de Esposende, ao “Programa de Apoio à Implementação da Rede Social”, à acção-tipo 5.1.1.1 – Dinamização e Consolidação de Parcerias Locais, do Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS), do II Quadro Comunitário de Apoio. Pelo cronograma das acções propostas na candidatura, o processo de implementação da Rede Social termina em Maio, com a aprovação do Plano de Desenvolvimento Social. No entanto, o processo de constituição e funcionamento das Comissões Sociais Inter Freguesias terá continuidade ao longo deste ano e do próximo.

Um passo importante da implementação da Rede Social em Esposende foi a constituição do CONSELHO LOCAL DA ACÇÃO SOCIAL – o CLAS, que tem funções de decisão, planeamento e articulação. A 8 de Maio de 2002, com a adesão inicial de 30 entidades foi constituído o CLAS e aprovado o seu Regulamento Interno. A dinâmica gerada pela Rede Social foi mobilizando as *forças vivas* do concelho e actualmente fazem parte deste órgão 86 entidades parceiras.

O CLAS dispõe de um Núcleo Executivo a quem compete operacionalizar as decisões, elaborar propostas e coordenar a unidade técnica de apoio constituída pelos técnicos responsáveis pela implementação da Rede Social.

O Núcleo Executivo é constituído pelas seguintes entidades: Câmara Municipal de Esposende, Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social e Santa Casa da Misericórdia de Esposende.

Para facilitar a discussão, análise, partilha de informação e experiências entre os parceiros, o CLAS está ainda organizado em GRUPOS DE TRABALHO que têm envolvido as entidades parceiras em todas as fases do processo de implementação da Rede, como a elaboração do Diagnóstico e do Plano, e mais tarde a implementação das Comissões Sociais Inter Freguesias – CSIF.



A construção do Plano de Desenvolvimento Social: um processo participado, negociado e contratualizado

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social implicou um processo participado, negociado e contratualizado com os parceiros, permitindo a representação de sensibilidades diversificadas relativamente aos problemas e objectivos em presença.

Podem identificar-se três etapas fundamentais na construção do Plano de Desenvolvimento: o diagnóstico da situação, a definição de linhas orientadoras e a operacionalização do plano de acção.

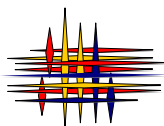
O Diagnóstico: fase importante para a construção do plano de desenvolvimento social

O planeamento da intervenção para o desenvolvimento social depende do conhecimento da realidade do concelho e é justamente essa a função do Diagnóstico.

O Diagnóstico Social do Concelho de Esposende, aprovado por unanimidade dos parceiros em reunião do Conselho Local de Acção Social, a 6 de Novembro de 2003, permitiu ter um panorama da situação social no concelho em que se identificaram problemas, constrangimentos e potencialidades em cada área de análise. Os grupos de trabalho do CLAS iniciaram o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social e do Plano de Acção a partir destes problemas, identificados na fase do Diagnóstico.

A fase de elaboração do Diagnóstico foi importante para a consolidação do trabalho em parceria, pois esse documento resultou da interpretação e análise dos problemas e dos recursos feita pelos agentes locais, reflectindo uma visão multidisciplinar e intersectorial.

Esta primeira fase permitiu que os parceiros se implicassem no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social e nas soluções que são preconizadas, garantindo assim o seu envolvimento na fase seguinte de execução das acções delineadas no Plano.



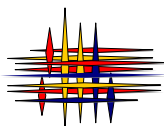
II - Metodologia

A metodologia participativa já utilizada quando da elaboração do Diagnóstico foi aprofundada nesta fase, a nível dos grupos de trabalho por áreas de análise – habitação, saúde, acção social, emprego e actividades económicas. (Ver anexo 1)

A experiência durante a fase de Diagnóstico demonstrou ser a metodologia mais adequada para:

- Mobilizar a participação dos agentes com intervenção nas diversas áreas representadas.
- Garantir a representação de múltiplas sensibilidades em presença (autarcas, técnicos das várias entidades a operar no terreno, dirigentes das organizações bem como os seus objectivos/expectativas específicas).
- Identificar a diversidade de necessidades e problemas em presença.
- Facilitar a identificação de potencialidades endógenas ao tecido social e territorial e a sua mobilização em função dos problemas identificados, afectando recursos e envolvendo os agentes sociais na sua resolução.

Procedeu-se igualmente à constituição de grupos técnicos saídos dos grupos de trabalho para a operacionalização do projecto integrado, formado pelas entidades parceiras responsáveis pela monitorização da execução das actividades de cada Projecto de Intervenção.



III - O Plano de Desenvolvimento Social de Esposende

Neste plano estão inscritas as linhas orientadoras do desenvolvimento social explicitando as prioridades nas várias áreas.

Cada área contém finalidades e objectivos (gerais e específicos), bem como as actividades e os meios para atingir os resultados de forma mais eficaz.

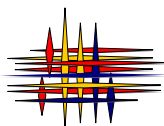
O Plano de Acção para a concretização do Plano de Desenvolvimento Social

O P.D.S desenvolve-se num PLANO de ACÇÃO. Este Plano de Acção é composto pelos diversos projectos elaborados no âmbito dos grupos de trabalho, determinando-se os objectivos e os resultados que se pretendem alcançar, os recursos a utilizar e o conjunto de actividades que contribuem para a aproximação gradual do final previsto.

Mas não basta definir objectivos, é necessário ter um instrumento que identifique e descreva as actividades que são necessárias empreender e desenvolver para chegar aos resultados esperados, bem como os recursos a empregar em cada uma delas – este instrumento é o Plano de Acção.

Como todas as outras previsões, a estimativa dos recursos e do tempo poderá conter erros e revelar-se inadequada durante a execução do projecto, mas em todo o caso, a previsão é imprescindível porque servirá de guia a todo o trabalho posterior. Por isso, durante o processo de execução do P.D.S. serão realizadas reuniões de acompanhamento e avaliação, pelo que se procederá a reajustamentos e redefinição de actividades e recursos para se garantir a execução do Plano e o alcance dos objectivos propostos.

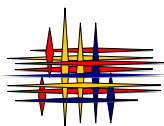
Duração do plano



Tendo em conta que serão definidas transformações nas condições de vida das pessoas e serão propostas iniciativas que possam intervir junto dos factores de produção e reprodução da exclusão, prevenindo o seu aparecimento, as grandes prioridades para o Concelho terão um horizonte temporal para a sua execução relativamente largo – 19 meses (Junho de 2004 a Dezembro de 2005).

Quadro Síntese do Plano de Desenvolvimento Social

ÁREA	PROBLEMA PRIORITÁRIO	OBJECTIVOS GERAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS
Acção Social	Problemas de coordenação, complementaridade e articulação inter institucional	Até final de 2005, 65 famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção, 88 crianças em risco e 25 indivíduos portadores de deficiência serão abrangidos por uma intervenção social de proximidade, com suporte na rede inter institucional local a trabalhar de forma articulada e com apoio técnico especializado	1º Até 31 de Dezembro de 2005, constituir 4 CSIF no concelho 2º Até 31 de Dezembro de 2005, qualificar 10 técnicos de apoio às CSIF em técnicas de dinâmica de grupos (qualificador/facilitador), e 30 dirigentes/técnicos/voluntários em metodologias de intervenção no âmbito das CSIF 3º Até 31 de Dezembro de 2005, implementar um modelo de articulação integrado com um sistema de comunicação e informação
Saúde	Consumos nocivos (alcooolismo/toxico dependência)	Até 31 de Dezembro de 2005, os projectos de prevenção já existentes na área dos consumos nocivos estarão a trabalhar em complementaridade, e será criado um serviço de desintoxicação no concelho	1º Até 31 de Dezembro de 2004, sensibilizar/vocacionar estruturas com internamento para Programas de Desintoxicação 2º Até 31 de Dezembro de 2005, criar um serviço de tratamento de desintoxicação no concelho 3º Até 31 de Dezembro de 2005, contratualizar Protocolos de Cooperação com os Projectos existentes
Emprego, Formação Profissional e Actividades Económicas	Baixo nível de qualificação profissional da população	Até 31 de Dezembro de 2005, 2% da população activa (empregada e desempregada) melhorará a sua qualificação profissional	1º Até 31 de Dezembro de 2004, estabelecer 2 protocolos de cooperação entre as entidades parceiras e os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências 2º Até 31 de Dezembro de 2005, envolver 10% do tecido empresarial no reconhecimento da importância da formação profissional, para a sustentabilidade/progressão da empresa 3º Até 31 de Dezembro de 2005, promover formas de articulação interinstitucional entre as diversas entidades formadoras e promotoras de formação de forma a articular a oferta formativa e as necessidades do mercado de trabalho



Habituação, Habitação Social e Infraestruturas de Saneamento Básico, Ambiente e Segurança	Dificuldades no acesso à habitação	Até 31 de Dezembro de 2005, identificar os Programas existentes de fomento da Política de Habitação de forma a enquadrar nos programas apropriados as diversas situações já diagnosticadas ou a diagnosticar, quer as relativas a dificuldade de acesso ao parque habitacional, quer as situações já instaladas de precariedade habitacional grave	1º Até 31 de Dezembro de 2004, identificar/conhecer as famílias com necessidades habitacionais 2º Até 31 de Dezembro de 2004, efectuar o levantamento dos recursos habitacionais do concelho 3º Até 31 de Dezembro de 2005, seleccionar/captar programas ao nível da Política de Habitação 4ª Até 31 de Dezembro de 2005, 20 famílias usufruirão de habitação condigna.
---	------------------------------------	--	--

Principais Eixos Estratégicos de Intervenção do P.D.S.

1º Eixo – Promover a coordenação, complementaridade e a articulação interinstitucional no domínio da acção social.

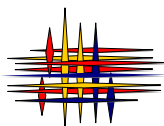
Estratégia: constituição e funcionamento das 4 CSIF, acompanhada da implementação de um sistema de comunicação e informação entre essas estruturas e o CLAS.

2º Eixo – Complementar as respostas existentes para melhorar a intervenção junto da população consumidora de substâncias nocivas e da população em risco (área: saúde).

Estratégia: estabelecer Protocolos de Cooperação entre instituições de Saúde e os Projectos que intervêm nesta área (consumos nocivos) e criar um serviço de tratamento de desintoxicação no concelho.

3º Eixo – Melhorar a qualificação profissional da população activa.

Estratégia: sensibilizar os empresários para a importância da formação profissional, coligar as entidades formadoras e promotoras de formação para a elaboração de Diagnósticos das necessidades formativas, para haver uma articulação entre a oferta formativa e as necessidades do mercado de trabalho, e estabelecer protocolos entre as entidades parceiras do CLAS e os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.



4º Eixo – Melhorar o acesso à habitação e melhorar as condições das habitações degradadas.

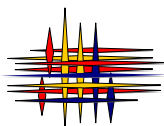
Estratégia: identificar as famílias com necessidades habitacionais, recensear os recursos habitacionais e captar programas ao nível da Habitação para responder às necessidades identificadas na área da Habitação.

Seguidamente apresenta-se os Projectos elaborados pelos grupos de trabalho, que dão corpo ao Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Esposende.

Área Acção Social

Acção Social – Problemas identificados no Diagnóstico Social

Problema	Constrangimentos	Potencialidades
- População em situação de vulnerabilidade social	- Baixa escolaridade, desempenho de empregos precários, problemas de saúde (ex. o alcoolismo), más condições habitacionais	- Número de beneficiários do RMG/RSI está a decrescer - Importância da extensão dos acordos de inserção às várias dimensões da pobreza e exclusão
- Existência de crianças e jovens em risco	- Ligação entre abandono precoce da Escola e a integração também precoce no mercado de trabalho - Desafeição pela Escola por parte das crianças e jovens desfavorecidos e a não valorização da escolaridade por parte dos pais - Famílias com fracos recursos económicos - Existência de problemas ao nível do alcoolismo, droga, conflitos conjugais, precariedade profissional, entre outros	- CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens Em Risco - IPSS's – Instituições Particulares de Solidariedade Social - Associações desportivas, culturais e recreativas - Outras instituições que promovem serviços de apoio à infância e juventude
- Problemas ao nível da coordenação/complementaridade de serviços prestados pelas instituições sociais	- Dificuldades na planificação de serviços e na sua complementaridade - Limitações financeiras das instituições	- Cobertura concelhia satisfatória ao nível das Instituições Particulares de Solidariedade Social e de instituições com respostas sociais



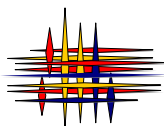
A acção social é multidimensional, complexa, implica recursos elevados e por isso a sua implementação exige capacidade técnica e de gestão por parte das instituições e dos técnicos que aí trabalham.

Os serviços da Segurança Social, da Câmara Municipal e as Instituições Privadas de Solidariedade Social do concelho direccionam a sua intervenção social para os vários problemas diagnosticados:

- **Para as populações a viver situações de pobreza e exclusão.** A vivência prolongada com privação grave de recursos sociais, culturais e materiais às vezes atravessando gerações, constitui-se ao mesmo tempo causa e efeito, num processo circular, de problemas de emprego pouco qualificado, desemprego, más condições habitacionais e de saúde, marginalidade, insucesso e abandono escolar. Por isso, este tipo de problemas exigem respostas articuladoras de saberes profissionais e recursos que neste Plano se concretizam nos vários planos operacionais.
- **Para grupos com problemas específicos** como os deficientes, crianças em risco, entre outros.
- **Para a população em geral** garantindo apoio à infância, juventude e idosos. Muito importante nesta área é o papel das IPSS`s para permitir às famílias conciliar a vida familiar com a vida profissional. O alcance deste apoio não se pode medir apenas pelo número de utentes que dele beneficiam, mas também pela sustentação da actividade económica permitindo que ela se realize sem por em causa condições básicas do funcionamento social.
- Para as novas manifestações de problemas como o desemprego, o isolamento social da velhice e os comportamentos aditivos.

Apesar de existir no concelho uma cobertura satisfatória de respostas sociais considera-se necessário melhorar a articulação entre as instituições, e entre estas e outros agentes locais, melhorar a qualidade da formação dos recursos humanos nomeadamente repensar o quadro de pessoal técnico das instituições.

Assim o Plano direcciona-se para a coordenação de acções entre as entidades com intervenção a nível social no concelho, ou seja, para a articulação interinstitucional (para a complementaridade das respostas/recursos existentes).



Alguns dos problemas relacionados com a articulação inter institucional prendem-se com a falta de informação, deficiente planificação e com a necessária rentabilização de recursos e equipamentos existentes.

O P.D.S. deste grupo prende-se com a necessidade de estimular a densificação de relações entre as diversas organizações locais. Neste sentido, as Comissões Sociais Inter Freguesias oferecem potencialidades para estruturar diversas relações de cooperação e de parceria.

Problema – prioridade: Problemas de coordenação, complementaridade e articulação inter institucional.

Objectivo geral:

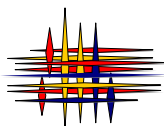
Até final de 2005, 65 das famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção, 88 crianças em risco e 25 indivíduos portadores de deficiência serão abrangidos por uma intervenção social de proximidade, com suporte na rede inter institucional local a trabalhar de forma articulada e com apoio técnico especializado.

Objectivos específicos:

1º Até 31 de Dezembro de 2005, constituir 4 CSIF no concelho.

2º Até 31 de Dezembro de 2005, qualificar 10 técnicos de apoio às CSIF em técnicas de dinâmica de grupos (qualificador/facilitador), e 30 dirigentes/técnicos/voluntários em metodologias de intervenção no âmbito das CSIF.

3º Até 31 de Dezembro de 2005, implementar um modelo de articulação integrado com um sistema de comunicação e informação.



* 65 famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção representam 50% do universo total de famílias beneficiárias do R.S.I., 88 crianças em risco representam todas as situações de crianças em risco em acompanhamento pela CPCJ, 25 indivíduos portadores de deficiência representam a totalidade da população utente da APPACDM (dados referentes a 12.03.04).

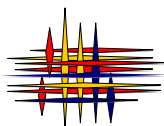
Plano de Acção (resultados/actividades/indicadores/meios de verificação/recursos/factores externos)

1º Objectivo específico: Até 31 de Dezembro de 2005, constituir 4 Comissões Sociais Inter Freguesias no concelho

Resultados	Actividades	Indicadores	Meios de Verificação	Recursos	Factores Externos
Que as CSIF no final de 2005 estejam em pleno funcionamento	1. Lançamento do Projecto-Piloto 1.1. Realização de reunião com cada proposta de CSIF 1.2. Constituição formal da CSIF 1.3. Elaboração da proposta de Regulamento Interno pelo Grupo técnico da CSIF 1.4. Aprovação do Regulamento (com o funcionamento do Atendimento Descentralizado) 1.5. Implementação do Atendimento Descentralizado 1.6. Interligação com o Núcleo Executivo (ver pág. 24: Articulação entre as duas estruturas: CLAS E CSIF)	Nº de CSIF constituídas	2 Regulamentos Internos 2 Pólos de Atendimento	Grupo Técnico Instituições Locais	Constrangimentos: dificuldades financeiras para o funcionamento do Polo de Atendimento de Apúlia (ASCRA – Associação Cultural, Recreativa e Cultural de Apúlia). Factores favoráveis: existência de um Pólo de Atendimento Descentralizado (Centro Comunitária de Vila Chã) com experiência positiva na intervenção junto da população que atende. Boas práticas tradicionalmente existentes de articulação entre instituições locais; recursos humanos existentes nas instituições conhecedoras das realidades locais.

Plano Operacional

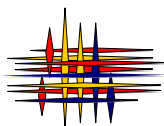
Câmara Municipal de Esposende
Praça do Município
4740-233 ESPOSENDE
Telef.253960100
Fax 253960176
Email: cm.esposende@mail.telepac.pt



Actividades (o quê?)	Cronograma (até quando?)	Responsável (quem?)	Parcerias co-responsáveis (com quem?)
1. Lançamento do Projecto-Piloto	Maio a Dezembro de 2004	Grupo Técnico	IPSS's
1.1. Realização de reunião com cada proposta de CSIF	30 de Junho de 2004	Grupo Técnico	Juntas de Freguesia
1.2. Constituição formal da CSIF	30 de Setembro de 2004	Grupo Técnico	Agrupamento de Escola
1.3. Elaboração da proposta de Regulamento Interno pelo Grupo técnico da CSIF	31 de Outubro de 2004	Grupo Técnico	Centro de Saúde
1.4. Aprovação do Regulamento (com o funcionamento do Atendimento Descentralizado)	30 de Novembro de 2004	Grupo Técnico	Paróquias
1.5. Implementação do Atendimento Descentralizado	31 de Dezembro de 2004	Grupo Técnico	C.M.E.
1.6. Interligação com o Núcleo Executivo	Maio a Dezembro de 2004	Grupo Técnico	C.D.S.S.S.

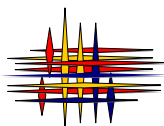
2º Objectivo específico: Até 31 de Dezembro de 2005, qualificar 10 técnicos de apoio às Comissões Sociais Inter Freguesias em técnicas de dinâmica de grupos (qualificador/facilitador), e 30 dirigentes/técnicos/voluntários em metodologias de intervenção no âmbito dessas Comissões

Resultados	Actividades	Indicadores	Meios de Verificação	Recursos	Factores Externos
Qualificação de todos os agentes sociais envolvidos nas CSIF	2.1. Realização de acções de formação para técnicos (qualificadores/facilitadores) 2.2. Realização de acções de formação para dirigentes e voluntários (metodologias de intervenção) 2.3. Levantamento da oferta de formação no concelho (actividade do Grupo do Emprego, Formação Profissional e Actividades Económicas) 2.4. Divulgação das formações concelhias/formação para os técnicos das IPSS's – articular com o Grupo do Emprego, Formação Profissional e Actividades Económicas	Nº de técnicos em formação Nº de dirigentes/voluntários em formação Nº de horas/acções de formação	Plano de Formação Concelhio Registos das folhas de presença Registos das acções de formação	Formadores Externos Técnicos C.M.E. C.D.S.S.S. Instituições Locais Grupo Técnico da Acção Social Grupo Técnico do Emprego	Constrangimentos: dificuldades ao nível financeiro e institucional Factores favoráveis: aprovação da candidatura no âmbito do Eixo 5 – Promoção do Desenvolvimento Social da medida 5.1 – Apoio ao Desenvolvimento Social e Comunitário, tipologia de projecto 5.1.2 – Desenvolvimento Sócio-Comunitário que prevê a realização de dinamização e apoio ao estabelecimento de parcerias locais e ao fomento da cooperação com entidades públicas e privadas ao nível local.



Plano Operacional

Actividades (o quê?)	Cronograma (até quando)	Responsável (quem?)	Parcerias co-responsáveis (com quem?)
2.1. Realização de acções de formação para técnicos (qualificadores/facilitadores)	31 de Dezembro de 2005	C.M.E./Instituições Locais	Grupo Técnico
2.2. Realização de acções de formação para dirigentes e voluntários (metodologias de intervenção)	31 de Dezembro de 2005	C.M.E./Instituições Locais	Grupo Técnico
2.3. Levantamento da oferta de formação no concelho (actividade do Grupo do Emprego, Formação Profissional e Actividades Económicas)	31 de Dezembro de 2005	Grupo do Emprego, Formação Profissional e Actividades Económicas	Grupo Técnico
2.4. Divulgação das formações concelhias/formação para os técnicos das IPSS's – acção articulada com o Grupo do Emprego, Formação Profissional e Actividades Económicas)	31 de Dezembro de 2005	C.M.E.	Grupo Técnico

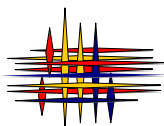


3º Objectivo específico: Até 31 de Dezembro de 2005, implementar um modelo de articulação integrado com um sistema de comunicação e informação

Resultados	Actividades	Indicadores	Meios de Verificação	Recursos	Factores externos
O acesso de todos os parceiros das CSIF constituídas à informação em rede	3. Sistema comunicação/informação a) Montagem de um sistema de comunicação em rede nas CSIF e CLAS b) Construção de uma página na Internet c) Disponibilização e actualização do Diagnóstico Social/Carta Social d) Manutenção do equipamento e sistema informático	Nº de parceiros com acesso a uma base de recursos: programas/medidas/enquadramento jurídico	Existência de um sistema informático nas CSIF constituídas	C.M.E. C.D.S.S.S. I.S.S.S.	Constrangimentos: dificuldades financeiras Factores favoráveis: existência de equipamento informático nas Juntas de Freguesia

Plano Operacional

Actividades (o quê?)	Cronograma (até quando?)	Responsável (quem?)	Parcerias co-responsáveis (com quem?)
3. Sistema comunicação/informação	De Janeiro a Dezembro de 2005	C.M.E.	E.P.E.



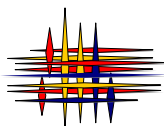
a) Montagem de um sistema de comunicação em rede nas CSIF e CLAS			
b) Construção de uma página na Internet	De Janeiro a Dezembro de 2005	C.M.E.	E.P.E.
c) Disponibilização e actualização do Diagnóstico Social/Carta Social	De Janeiro a Dezembro de 2005	C.M.E.	E.P.E.
d) Manutenção do equipamento e sistema informático	De Janeiro a Dezembro de 2005	C.M.E.	E.P.E.

Comissões Sociais Inter Freguesias em Esposende

O Programa da Rede Social centra a sua esfera de actuação na criação de condições para a resolução mais eficaz dos problemas sociais nos territórios locais. No entanto, sendo um Programa estruturante, lida preferencialmente com os problemas que emergem da necessidade de organização e articulação das acções das entidades que têm intervenção social em áreas territoriais definidas.

O desenvolvimento da Rede Social traduz-se na criação de estruturas organizativas específicas, previstas na Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, o Conselho Local de Acção Social e as Comissões Sociais de Freguesia, constituindo plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respectivamente, a nível concelhio e de freguesia.

Assim, integrado no primeiro objectivo específico do Pano de Desenvolvimento Social do Grupo da Acção Social está a constituição das Comissões Sociais Inter Freguesias que deverão contribuir para melhorar a coordenação das acções entre as entidades com intervenção a nível social, complementando as respostas sociais e os recursos existentes. A opção de constituírem Comissões Sociais Inter Freguesias, em vez de Comissões Sociais de Freguesia prendeu-se com critérios de optimização das diferentes capacidades de resposta, contribuindo para a



conjugação de esforços das diversas entidades locais e para a promoção do desenvolvimento social integrado, numa região em que as freguesias nem sempre têm densidade populacional elevada e em que existe já uma rede de serviços e equipamentos diversificada.

No dia 22 de Janeiro de 2004 realizou-se uma reunião com os autarcas locais e o Núcleo Executivo para análise de uma proposta de modelo de constituição das CSIF elaborada pelo Núcleo Executivo e apreciada pelo Presidente do CLAS. Esta proposta baseou-se nos seguintes critérios:

- a) análise das delimitações territoriais já existentes (agrupamentos de escolas, centro e extensões de saúde, tipos de habitat);
- b) características sócio-gráficas do concelho (população residente e por freguesia e dimensão das freguesias);
- c) cobertura das freguesias por equipamento social.

Da análise da proposta e tendo em conta algumas especificidades locais resultou a seguinte configuração territorial para a constituição das CSIF:

CSIF: Antas, Forjães, Vila Chã

CSIF: Belinho, Mar, Marinhas

CSIF: Curvos, Palmeira, Gemeses, Gandra, Esposende

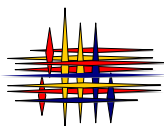
CSIF: Fão, Apúlia, Fonte Boa, Rio Tinto

Durante o ano de 2004 serão implementadas as seguintes Comissões em fase de projecto-piloto:

CSIF de Antas, Forjães, Vila Chã;

CSIF de Fão, Apúlia, Fonte Boa e Rio Tinto.

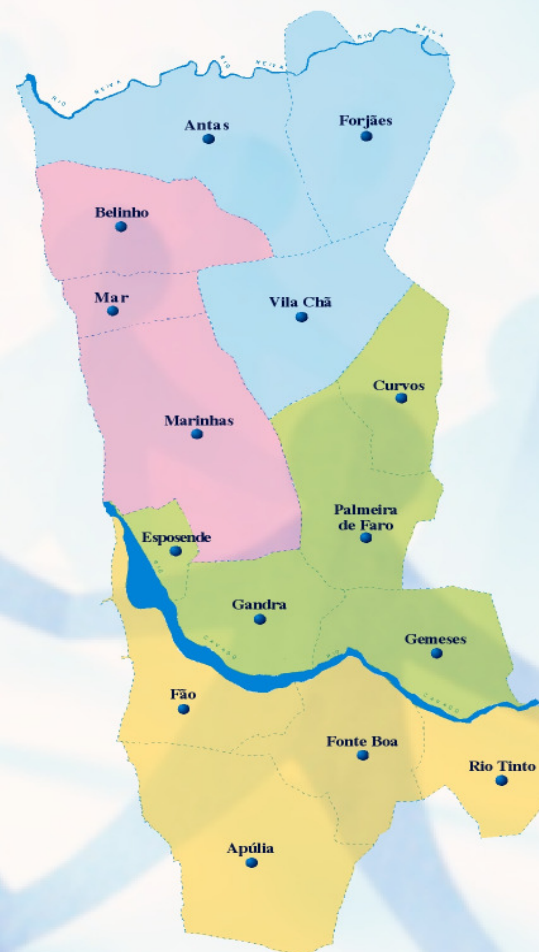
Para o efeito vão ser realizadas acções de sensibilização/dinamização destas CSIF, acções de formação para técnicos e autarcas locais sobre os processos de diagnóstico e planeamento estratégico, e acções de acompanhamento/monitorização do seu funcionamento.



Rede Social

MAPA DA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DAS COMISSÕES SOCIAIS INTER FREGUESIAS

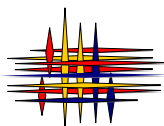
- CSIF: Antas, Forjães, Vila Chã
- CSIF: Belinho, Mar, Marinhãs
- CSIF: Curvos, Palmeira, Gemeses, Gandra, Esposende
- CSIF: Fão, Apúlia, Fonte Boa, Rio Tinto



Câmara Municipal de Esposende
Praça do Município
4740-233 ESPOSENDE
Telef.253960100
Fax 253960176
Email: cm.esposende@mail.tel



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

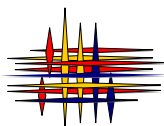


Objectivos das Comissões Sociais Inter Freguesias (CSIF)

Os objectivos das CSIF prendem-se com a promoção do desenvolvimento sócio-local através da formação de uma consciência colectiva e responsável sobre os diferentes problemas sociais, de conjugação de esforços individuais e colectivos, no sentido da definição de prioridades, de uma planificação integrada, e da avaliação das políticas sociais e das estratégias, com o recurso a formas inovadoras de intervenção para uma maior eficácia na erradicação da Pobreza e da Exclusão Social.

Tal como o CLAS, as CSIF são fóruns de congregação de esforços, neste caso de âmbito de freguesia, sendo cada uma delas constituída por um conjunto de freguesias.

As Comissões Sociais Inter Freguesias prosseguem as seguintes actividades:



Rede Social

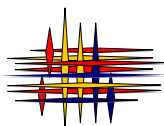
- a) Organização e funcionamento da Rede Social, nomeadamente através da aprovação dos respectivos regulamentos internos e da constituição de grupos de trabalho tendentes a garantir um desenvolvimento coordenado da actuação dos diversos parceiros;
- b) Recolha de informação que possibilite suportar a produção de diagnósticos locais e a difusão de estatísticas e outra informação pertinente à população e aos agentes locais;
- c) Identificação e análise dos problemas existentes ao nível da freguesia e definição concertada das estratégias adequadas para proceder à respectiva resolução;
- d) Sinalização das situações mais graves de pobreza e de exclusão social existentes na sua área territorial e apreciação de propostas de solução a partir dos recursos locais ou, caso não seja possível encontrar uma resposta adequada nesta sede, de encaminhamento para outras entidades e níveis de intervenção, numa lógica de subsidiariedade;
- e) Promoção da articulação progressiva da intervenção social dos agentes locais.

Articulação entre as duas estruturas: CLAS E CSIF

O CLAS, constituído por 86 entidades parceiras, tem por função elaborar Diagnósticos e Planos de Intervenção de âmbito concelhio, planear e acompanhar as CSIF.

O nível de actuação da CSIF é de âmbito mais local, e deverá realizar diagnósticos locais e procurar respostas adequadas aos problemas das populações, bem como planear o surgimento de novas respostas em articulação com o CLAS.

Câmara Municipal de Esposende
Praça do Município
4740-233 ESPOSENDE
Telef.253960100
Fax 253960176
Email: cm.esposende@mail.telepac.pt



Rede Social

Os técnicos coordenadores das CSIF deverão integrar o Núcleo Executivo do CLAS, de forma que este órgão seja sistematicamente informado do trabalho realizado, das dificuldades encontradas e de outras informações pertinentes.

Funcionamento

A presidência da CSIF será assegurada pelo Presidente da Junta de Freguesia eleito entre os seus pares, devendo os mesmos definir a rotatividade.

A CSIF deverá constituir um **núcleo de trabalho**, sendo nomeado um técnico coordenador da Comissão Social Inter Freguesias.

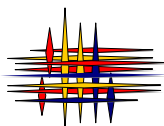
O técnico coordenador da CSIF deverá integrar o Núcleo Executivo do Conselho Local de Acção Social.

O Regulamento Interno que regulamenta as normas de funcionamento deverá ser elaborado pelo núcleo de trabalho, com a colaboração com a equipa técnica da área da Acção Social do CLAS.

Quem participa na CSIF?

São convidados para participar na Comissão Social Inter Freguesias, as seguintes entidades com responsabilidades ao nível do desenvolvimento local:

- Juntas de Freguesia
- IPSS's
- Agrupamento de Escolas
- Centro de Saúde
- Párcos



Pólos de Atendimento Descentralizado

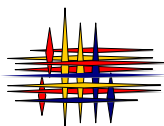
No que consiste?

Os pólos de atendimento descentralizado baseiam-se em protocolos entre várias entidades locais, que integram a Rede Social (CLAS e CSIF), e o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Braga. Com o incremento destes Pólos de Atendimento a população passa a beneficiar das vantagens a seguir descritas.

1. Os utentes passam a ter um serviço de acção social mais próximo, ou seja, não precisam de se deslocar à sede do concelho para resolver os seguintes problemas:

- Rendimento Social de Inserção;
- Atendimento em termos de Acção Social:
 - precariedade económica
 - ajudas técnicas (apoio na aquisição de cadeiras de rodas, fraldas, etc...)
 - apoio no tratamento da toxicod dependência (nomeadamente medicação, pagamento de internamento nas comunidades terapêuticas)
 - apoio no tratamento dos doentes com H.I.V. (Vírus da Imunodeficiência Humana)

2. Os utentes passam a usufruir de melhor acompanhamento, ou seja, passam a ter acesso a um serviço mais simples (a ter um técnico que acompanha a situação da família): estes pólos são essenciais para garantir a cobertura eficaz das freguesias, a descentralização do apoio às famílias e aos cidadãos, e para permitir que cada família seja acompanhada privilegiadamente por um único técnico – “gestor de caso” – negociando com elas o projecto de inserção adequado às suas necessidades, garantindo-se uma intervenção multisectorial e interdisciplinar.



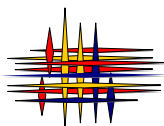
A coordenação técnica dos Pólos de Atendimento Descentralizado é da responsabilidade do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Braga – Serviço Local de Esposende.

Área Saúde

Saúde – Problemas identificados no Diagnóstico Social

Problema	Constrangimentos	Potencialidades
- Doenças como os tumores malignos e as doenças cerebrovasculares são a principal causa de morte no concelho	- Comportamentos e estilos de vida pouco saudáveis - Factores de risco familiares - Dificuldades na realização de rastreios precoces	- Trabalho desenvolvido pela Equipa de Saúde Escolar ao nível da prevenção e educação para a saúde - Grupo dos Alcoólicos Anónimos - Grupo Al-Anon
- Alcoolismo	- Falta de estruturas de apoio ao alcoólico e à família - Pouca intervenção ao nível da prevenção - Desvalorização social e cultural da doença	- Projecto Caminhos (Gabinete de Apoio Psicossocial ao Alcoólico) - Consulta de Psiquiatria do Centro de Saúde
- Toxicodependência	- Falta de recursos e estruturas pós-internamento - Inexistência de acções de prevenção - Ausência de espaços de ocupação de tempos livres para os	- Plano Municipal de Prevenção Primária da Toxicodependência

Câmara Municipal de Esposende
Praça do Município
4740-233 ESPOSENDE
Telef.253960100
Fax 253960176
Email: cm.esposende@mail.telepac.pt



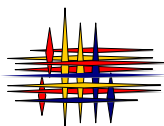
Os problemas identificados nesta área são causa e consequência de muitos outros problemas relacionados com o meio ambiente, a saúde alimentar e profissional, os hábitos de vida e factores culturais, as condições de habitação, o funcionamento dos serviços de saúde e até as decisões que cada indivíduo assume na sua vida.

Verifica-se no Diagnóstico que alguns dos problemas necessitam de políticas de prevenção locais, desenvolvidos com a colaboração de outros agentes como as IPSS's, o sistema educativo, as paróquias e autarquias.

Outros referem-se a problemas de âmbito mais global da política de saúde e de equipamentos de saúde que estão fora do concelho, mas sem dificuldade de acesso para a população local.

Por tudo isto o grupo de trabalho da área da Saúde optou por seleccionar o alcoolismo e a toxicodependência, considerando a gravidade que assumem sobretudo no caso do alcoolismo. Esta selecção tem por base o conhecimento, embora de difícil quantificação, de muitas famílias afectadas, principalmente de grupos populacionais mais vulneráveis (população jovem, população em situação de pobreza/exclusão social) dependentes de apoio social. Esta identificação é mais fácil neste tipo de população devido à intervenção social realizada, mas não se restringe a estes grupos. Por outro lado, são conhecidas as repercussões dos consumos nocivos nos próprios consumidores, no meio sócio-familiar onde os consumidores se inserem, no ambiente de trabalho e na produtividade, na sua ligação à criação de situações de marginalidade e insegurança para as populações.

Considerando estes problemas como problemas de doença crónica, que pela sua natureza e exigências, não permitem tratamentos isolados e pontuais, mas antes exigem tratamentos prolongados e envolvimento das famílias e comunidade, os serviços de proximidade são necessários para uma acção eficaz.



Rede Social

Por tudo isto o principal objectivo do P.D.S. da área da Saúde é complementar os projectos existentes que têm intervenção nestas problemáticas, e dotá-los dos recursos necessários para a sua execução/intervenção, através do estabelecimento de Protocolos de Cooperação com instituições de Saúde.

Por outro lado, pretende-se sensibilizar as estruturas hospitalares com internamento para a criação de um serviço de tratamento de desintoxicação, de forma a colmatar a falta deste serviço no concelho e evitar assim o encaminhamento dos doentes para outras estruturas localizadas fora do concelho.

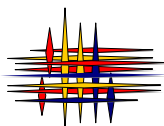
Problema – prioridade: Consumos nocivos (alcoolismo/toxicodependência)

Objectivo geral:

Até 31 de Dezembro de 2005, os projectos de prevenção já existentes na área dos consumos nocivos estarão a trabalhar em complementaridade, e será criado um serviço de desintoxicação no concelho.

Objectivos específicos:

Câmara Municipal de Esposende
Praça do Município
4740-233 ESPOSENDE
Telef.253960100
Fax 253960176
Email: cm.esposende@mail.telepac.pt



1º Até 31 de Dezembro de 2004, sensibilizar/vocacionar estruturas com internamento para Programas de Desintoxicação.

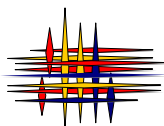
2º Até 31 de Dezembro de 2005, criar e dinamizar um serviço de tratamento de desintoxicação no concelho.

3º Até 31 de Dezembro de 2005, contratualizar Protocolos de Cooperação com os Projectos existentes.

Plano de Acção (resultados/actividades/indicadores/meios de verificação/recursos/factores externos)

1º Objectivo específico: Até 31 de Dezembro de 2004, sensibilizar/vocacionar estruturas com internamento para Programas de Desintoxicação

Resultados	Actividades	Indicadores	Meios de Verificação	Recursos	Factores Externos
Que as instituições existentes com internamento fiquem disponíveis para criar um serviço de internamento para tratamento de desintoxicação,	1. Realização do levantamento de meios financeiros para subsidiar projectos para tratamentos de desintoxicação 2. Sensibilização das instituições locais com internamento para a necessidade de proporcionar tratamentos de desintoxicação 3. Promoção de contactos com responsáveis do IDT – Delegação	Nº de reuniões Nº de camas para internamento/	Registos das reuniões Candidatura	Técnicos/ logísticos Grupo	Constrangimentos: dificuldade em mobilizar as instituições e no estabelecimento de acordos de cooperação (ex. dificuldades financeiras).



Rede Social

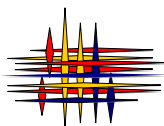
com o recurso a projectos que forneçam os recursos necessários	de Braga/CDSSS de Braga com as instituições locais interessadas 4. Colaboração no apoio técnico para a elaboração de candidaturas	tratamento			Factores favoráveis: existência de 3 estruturas hospitalares com camas para internamento
--	--	------------	--	--	--

Plano Operacional

Actividades (o quê?)	Cronograma (até quando?)	Responsável (quem?)	Parcerias co-responsáveis (com quem?)
1. Realização do levantamento de meios financeiros para subsidiar projectos para tratamentos de desintoxicação	15 de Junho de 2004	Cristina Figueiredo, Victor Cardoso Aristides Sousa	Ana Sofia Cruz
2. Sensibilização das instituições locais com internamento para a necessidade de proporcionar tratamentos de desintoxicação	31 de Julho de 2004	Cristina Figueiredo, Victor Cardoso Aristides Sousa	Grupo da Saúde
3. Promoção de contactos com responsáveis do IDT – Delegação de Braga/CDSSS de Braga com as instituições locais interessadas	30 de Setembro de 2004	Leonor Rosa, Aristides Sousa	Ana Sofia Cruz/Cristina Figueiredo
4. Colaboração no apoio técnico para a elaboração de candidaturas	31 de Dezembro de 2004	Norberto Mota, Aristides Sousa	Márcia Mesquita (CME)/Ana Sofia Cruz

2º Objectivo específico: Até 31 de Dezembro de 2005, criar e dinamizar um serviço de tratamento de desintoxicação no concelho

Resultados	Actividades	Indicadores	Meios de Verificação	Recursos	Factores Externos
O concelho dispõe de um serviço de internamento para tratamento de desintoxicação	1. Acompanhamento do processo de instalação do serviço de tratamento de desintoxicação 2. Prestação de apoio técnico	Nº camas existente	Protocolo de cooperação	Grupo Outros técnicos	Constrangimentos: dificuldades relacionadas com a elaboração do processo de candidatura e sua aprovação. Factores favoráveis: existência da parceria da Rede Social, por parte do grupo de trabalho desta área, com entidades que prestarão apoio técnico na implementação do serviço.



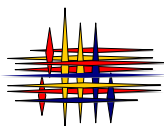
Plano Operacional

Actividades (o quê?)	Cronograma (até quando?)	Responsável (quem?)	Parcerias co-responsáveis (com quem?)
1. Acompanhamento do processo de instalação do serviço de tratamento de desintoxicação	31 de Dezembro 2005	Instituição promotora do Projecto	Grupo Técnico
2. Prestação de apoio técnico	31 de Dezembro 2005	Instituição promotora do Projecto	Grupo Técnico

3º Objectivo específico: Até 31 de Dezembro de 2005, contratualizar Protocolos de Cooperação com os Projectos existentes

Resultados	Actividades	Indicadores	Meios de Verificação	Recursos	Factores Externos
Que os Projectos prossigam a consecução dos seus objectivos, através do reforço da parceria interinstitucional	1. Realização do levantamento dos Projectos existentes a nível local (área de intervenção, público-alvo, duração, ...) 2. Sinalização das dificuldades ao nível da intervenção desses Projectos/estruturas 3. Estabelecimento de Protocolos entre instituições de	Nº de Projectos Nº de protocolos	Registos de reuniões Registos dos Protocolos Documento com informação sobre os	Grupo da Saúde Outros técnicos Outros representantes das Instituições	Constrangimentos: obstáculos ao estabelecimento de Protocolos de Cooperação (falta de meios técnicos, financeiros, ou outros). Factores favoráveis: os Projectos

Câmara Municipal de Esposende
Praça do Município
4740-233 ESPOSENDE
Telef.253960100
Fax 253960176
Email: cm.esposende@mail.telepac.pt



	saúde e as instituições promotoras dos projectos		Projectos		já trabalham em parceria com algumas instituições locais
--	--	--	-----------	--	--

Plano Operacional

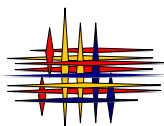
Actividades (o quê?)	Cronograma (até quando?)	Responsável (quem?)	Parcerias co-responsáveis (com quem?)
1. Realização do levantamento dos Projectos existentes a nível local (área de intervenção, público-alvo, duração, ...)	30 de Junho de 2004	Ana Sofia Cruz/Victor Cardoso	Leonor Rosa/Cristina Figueiredo
2. Sinalização das dificuldades ao nível da intervenção desses Projectos/estruturas	31 de Dezembro de 2005	Ana Sofia Cruz/ Victor Cardoso	
3. Estabelecimento de Protocolos entre instituições de saúde e as instituições promotoras dos projectos	31 de Dezembro de 2005	Francisco Melo/Licinia Martins/Norberto Mota/Beatriz Matos	

Área Emprego, Formação Profissional e Actividades Económicas

Emprego – Problemas identificados no Diagnóstico Social

Problema	Constrangimentos	Potencialidades
- Baixo nível de qualificação da população	- Elevado número de retenções no 2º e 3º ciclos do Ensino Básico	- Centros de Formação Profissional (Centro de Formação Profissional de

Câmara Municipal de Esposende
Praça do Município
4740-233 ESPOSENDE
Telef.253960100
Fax 253960176
Email: cm.esposende@mail.telepac.pt



Rede Social

residente (10.077 pessoas com o 1º ciclo)		Braga, Centro de Formação Profissional de Viana do Castelo, ACICE, ACIB, Escola Profissional de Esposende) - Ensino Recorrente - Taxa de desemprego reduzida
- Desemprego de longa duração, de indivíduos com mais de 50 anos e com baixa escolaridade	- Baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional - Afastamento progressivo do mercado de trabalho (dificuldades na (re)adquisição de hábitos de trabalho e entrada num processo de desinserção social e de pauperização)	- Mercado Social: Programas Ocupacionais, Estágios Profissionais, Empresas de Inserção - Programas de formação profissional
- Desarticulação entre a procura e a oferta de emprego	- Baixo nível de qualificação da população residente - Fracas condições salariais oferecidas - Localização geográfica / dificuldades de mobilidade - Falta de experiência / formação profissional dos candidatos ao emprego - Modos de vida pouco ajustados às exigências do mercado de trabalho - Conjuntura económica pouco favorável ao crescimento do emprego	- População activa jovem capaz de repor a mão-de-obra que se for afastando do mercado de trabalho devido à idade - Número crescente de mulheres a querer integrar o mercado de trabalho

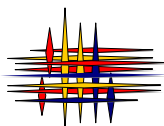
Actividades Económicas – Problemas identificados no Diagnóstico Social

Problema

Constrangimentos

Potencialidades

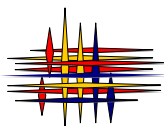
Câmara Municipal de Esposende
Praça do Município
4740-233 ESPOSENDE
Telef.253960100
Fax 253960176
Email: cm.esposende@mail.telepac.pt



Rede Social

- Agricultura: articulação entre a actividade agrícola e a qualidade do meio ambiente - Sensibilização e valorização da actividade pela população em geral - Falta de atracção das camadas jovens para a agricultura - Redimensionamento das propriedades - Rentabilização das explorações - Comercialização	- Explorações de pequena dimensão - Formas tradicionais de gestão - Rendimentos insuficientes para garantir a sobrevivência e, por isso, é apenas complemento de outras actividades - Mão-de-obra envelhecida, com grandes carências de instrução / formação	- A tendência é para reduzir a população activa, mas pode aumentar o emprego com maior qualidade - Projecto de Educação Ambiental - Utilização do trabalho familiar - Garante rendimentos regulares (leite, produtos de horticultura, carne) - Rendimentos indirectos da produção para autoconsumo - Articulação com actividade turística / gastronomia
- Pesca: falta de estruturas de comercialização do pescado - Falta de atracção das camadas jovens para a pesca	- Inexistência da barra - Não funcionamento da lota - Dificuldades no escoamento das espécies - Diminuição de algumas espécies na costa - Dificuldades no processo de concessão de licenças de pesca	- Potencialidades a explorar: a aquacultura - Dinamização do mercado local - Articulação com o Turismo - Desenvolvimento da gastronomia local - Pesca
- Sector Secundário: como garantir a sustentabilidade das pequenas e médias empresas	- Baixo nível de escolaridade e formação profissional - Existência de muitas empresas de pequena dimensão, com gestão familiar, dificuldades estruturais para investir nos factores de competitividade (design, marketing, inovações tecnológicas)	- O sector secundário é o maior empregador. As indústrias com maior peso no emprego são os têxteis e confecção e a construção civil - Potencialidades a explorar: o associativismo empresarial e a formação para trabalhadores e empresários
- Desarticulação entre os sectores de actividade (agricultura, turismo, comércio e outros serviços locais)	- Problemas ambientais - Problemas de segurança (espaços de divertimento nocturno)	- Localização geográfica privilegiada - Formação Profissional da área do turismo (Escola Profissional de Esposende) - Reconhecimento do concelho de Esposende como zona turística

Conforme o identificado no Diagnóstico Social o desemprego, que afecta em maior número as mulheres, a existência de uma taxa preocupante de desemprego de longa duração, as dificuldades e desigualdades no acesso ao mercado de trabalho, a não articulação entre a procura e a oferta de emprego, a baixa qualificação da população desempregada e as dificuldades de mobilidade entre freguesias são alguns dos problemas com que se debate o mercado de trabalho local.



Rede Social

Relativamente à estrutura das actividades económicas os problemas podem situar-se na reduzida dimensão das empresas. Os resultados do estudo recentemente publicado pela ACICE “Caracterização do Tecido Empresarial do Concelho de Esposende”, indicam a existência de 70% de micro empresas e 27% de pequenas empresas, no sector da indústria. Estas empresas são muitas vezes de sectores tradicionais e com reduzidas possibilidades de incorporação de desenvolvimento tecnológico, com dificuldade de investimento nos factores de competitividade, com mão de obra desqualificada e, por isso, a usufruir baixos salários e empresários com reduzida formação.

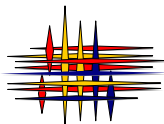
Identificam-se dificuldades no associativismo empresarial, bem como na criação de estruturas públicas e privadas que apoiem a alteração das fragilidades estruturais.

Um outro aspecto prende-se com a necessidade de articulação entre os diversos sectores da economia local que podem ser interdependentes e aproveitar as sinergias entre as diferentes actividades económicas, os serviços públicos e os sectores de intervenção social:

- O turismo com a gestão do património paisagístico e edificado bem como a preservação do meio ambiente, e deste com a agricultura, a pesca e o comércio.
- O comércio que depende do poder de compra da população local, do emprego e da sua qualidade, dos níveis de desemprego e pobreza, do desenvolvimento do turismo.
- A agricultura com a actividade turística, a indústria e a preservação do meio ambiente.
- A indústria com os serviços e com as instituições públicas e outros sectores.
- De todos estes sectores com as instituições de formação, IPSS`s, serviços públicos, ensino e autarquias.

O grupo de trabalho da área do Emprego, Formação Profissional e Actividades Económicas centrou a sua prioridade no problema do baixo nível de qualificação profissional da população e na dinamização conjunta de empresários e instituições de formação. É reconhecido que

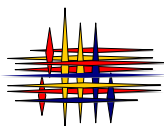
Câmara Municipal de Esposende
Praça do Município
4740-233 ESPOSENDE
Telef.253960100
Fax 253960176
Email: cm.esposende@mail.telepac.pt



a educação, formação e qualificação profissional são elementos essenciais à aquisição de qualificações e competências que permitem aceder a um estatuto sócio-económico mais resistente aos processos de empobrecimento e exclusão, bem como são fundamentais para aumentar a produtividade e a qualidade da produção e dos serviços garantindo a elevação dos factores de competitividade.

Assim, o P.D.S. nesta área prevê uma série de objectivos específicos que deverão contribuir para melhorar a qualificação profissional da população. Estes objectivos passam pela sensibilização da classe empresarial para a importância da formação profissional, a articulação interinstitucional entre entidades formadoras e promotoras de formação para efectuar diagnósticos conjuntos das necessidades formativas, de forma a articular a formação existente e as exigências formativas do mercado de trabalho. Outro objectivo é o estabelecimento de protocolos de cooperação entre entidades parceiras e os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, contribuindo para a qualificação escolar e profissional da população.

Problema – prioridade: Baixo nível de qualificação profissional da população activa



Objectivo geral:

Até 31 de Dezembro de 2005, 2%* da população activa (empregada e desempregada) melhorará a sua qualificação profissional.

Objectivos específicos:

1º Até 31 de Dezembro de 2004, estabelecer 2 protocolos de cooperação entre as entidades parceiras e os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

2º Até 31 de Dezembro de 2005, envolver 10%** do tecido empresarial no reconhecimento da importância da formação profissional, para a sustentabilidade/progressão da empresa.

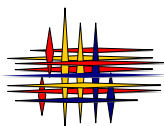
3º Até 31 de Dezembro de 2005, promover formas de articulação interinstitucional entre as diversas entidades formadoras e promotoras de formação profissional de forma a articular a oferta formativa e as necessidades do mercado de trabalho.

* A população activa é de 16.324 (Censos 2001) – 2% representa 326 pessoas

** 10% do número total de empresas representa 107 empresas (levantamento efectuado pela ACICE em 2003, 1.072 empresas que têm estabelecimento aberto, não estando incluídos os independentes).

Plano de Acção (resultados/actividades/indicadores/meios de verificação/recursos/factores externos)

Câmara Municipal de Esposende
Praça do Município
4740-233 ESPOSENDE
Telef.253960100
Fax 253960176
Email: cm.esposende@mail.telepac.pt



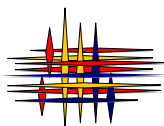
1º Objectivo: Até 31 de Dezembro de 2004, estabelecer 2 protocolos de cooperação entre as entidades parceiras e os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Resultados	Actividades	Indicadores	Meios de Verificação	Recursos	Factores Externos
Reconhecimento oficial e legal de competências adquiridas ao longo da vida através da emissão de Diplomas que confirmam equivalências aos diversos ciclos do Ensino Básico. Valorização de todos os contextos de aprendizagem e competências adquiridas ao longo do percurso pessoal, profissional e social.	1. Estabelecimento de 2 Protocolos de Cooperação entre entidades formadoras do concelho e os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. 2. Divulgação junto da população da importância do CRVCC, requisitos, procedimentos necessários e o modo de funcionamento.	- Nº de protocolos de cooperação - Nº de formandos em CRVCC	- Protocolos de Cooperação - Nº de inscritos - Lista de espera	ACICE EPE Juntas de Freguesia Paróquias IPSS's ...	Constrangimentos: existência de muita procura do CRVCC por parte da população, e dificuldades de resposta. Factores favoráveis: existência de condições para a celebração de Protocolos de Cooperação entre as entidades formadoras e promotoras de formação e os CRVCC

Plano Operacional

Actividades (o quê?)	Cronograma (até quando?)	Responsável (quem?)	Parcerias co-responsáveis (com quem?)
1. Estabelecimento de 2 Protocolos de Cooperação entre entidades formadoras do concelho e os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	Até 31 de Dezembro de 2004	António Conde, Anabela Oliveira	
2. Divulgação junto da população da importância do CRVCC, requisitos e procedimentos necessários o modo de funcionamento	Até 31 de Dezembro de 2005	Entidades promotoras	Grupo Técnico, Juntas de Freguesia, Paróquias, IPSS's

2º Objectivo: Até 31 de Dezembro de 2005, envolver 10% do tecido empresarial no reconhecimento da importância da formação profissional, para a sustentabilidade/progressão da empresa

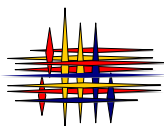


Resultados	Actividades	Indicadores	Meios de Verificação	Recursos	Factores Externos
Empresários mobilizados para a necessidade da formação profissional. Activos mobilizados para a formação. Sectorres económicos mobilizados para a necessidade da articulação intersectorial e para a promoção do desenvolvimento económico e social.	1. Realização de um Fórum para empresários 2. Realização de workshop's por sectores de actividade – temáticas a abordar: - articulação intersectorial (pesca/agricultura/turismo); - industria e comércio (ACICE); - turismo e hotelaria (EPE); - agricultura e pescas (Cooperativa Agrícola de Esposende); - relação produtividade/formação (ACICE); - Plano de Emprego e Protecção Social (IEFP); - Programa de Estímulo à Oferta de Emprego (IEFP); - Oferta formativa (UNIVA's, Entidades Formadoras e Promotoras de Formação) (...)	Nº de empresários que participaram no fórum Nº de agentes económicos que participaram nos Workshop's	Registos fotográficos Documentos com conclusões das diversas iniciativas Registos de presenças	ACICE IEFP Ensino Recorrente EPE CME Cooperativa Agrícola Meios de Comunicação Social Juntas de Freguesia	Constrangimentos: dificuldades de mobilização da classe empresarial para participarem nas iniciativas programadas. Dificuldades logísticas de organização dos eventos. Factores favoráveis: entidades parceiras do CLAS que fazem parte deste grupo vão promover a realização dos workshop's

Plano Operacional

Actividades (o quê?)	Cronograma (até quando?)	Responsável (quem?)	Parcerias co-responsáveis (com quem?)
1. Realização de um Fórum para empresários	17 de Junho	Cristina Figueiredo, Márcia Mesquita, Anabela Oliveira	António Conde/Augusto Silva
2. Realização de workshop's por sectores de actividade	Até 31 de Dezembro de 2005	Representantes das entidades promotoras dos workshop's	Juntas de Freguesia Instituições Locais

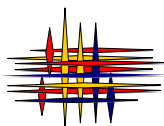
3º Objectivo: Até 31 de Dezembro de 2005, promover formas de articulação interinstitucional entre as diversas entidades formadoras e promotoras de formação profissional de forma a articular a oferta formativa e as necessidades do mercado de trabalho.



Resultados	Actividades	Indicadores	Meios de Verificação	Recursos	Factores Externos
Elaborados Planos Integrados de formação profissional adaptados às necessidades do mercado de trabalho. Melhoria da qualificação profissional dos activos (empregados, desempregados). Estabelecimento de um modo de funcionamento em rede entre as entidades formadoras/promotoras de formação. Reforço das intervenções vocacionadas para a população activa, assente numa perspectiva de educação ao longo da vida. Elaborado o quadro da oferta formativa ao nível concelhio.	1. Identificação das acções de formação desenvolvidas pelas entidades promotoras de formação e formadoras e destinatários (elaborar levantamentos das ofertas formativas das entidades parceiras e de outras entidades) 2. Realização de acções de sensibilização, dirigidas à população, nas Juntas de Freguesia (relacionar com workshop's) 3. Realização de encontros entre as entidades promotoras de formação (para a elaboração do Diagnóstico de Formação) 4. Realização de Diagnósticos de necessidades de formação, estabelecendo protocolos entre as entidades promotoras de formação e formadoras e entidades externas (ex. Universidade do Minho, ESEIG – Vila do Conde) para a monitorização técnica do Diagnóstico, e articulando com o tecido empresarial 5. Elaboração do Plano de Formação e locais de realização das acções 6. Elaboração de candidaturas a financiamentos	Nº de entidades Nº de acções	Diagnóstico de necessidades formativas Plano de Formação	ACICE IEFP Ensino Recorrente EPE ACIB	Constrangimentos: dificuldades técnicas na elaboração do Diagnóstico de necessidades (são necessários técnicos qualificados para a realização do referido Diagnóstico). Falta de coordenação entre as entidades promotoras de formação e formadoras. Factores favoráveis: existência de um leque alargado de cursos de formação profissional em determinadas áreas (área de apoio social, comércio, gestão, turismo, entre outros)

Plano Operacional

Câmara Municipal de Esposende
Praça do Município
4740-233 ESPOSENDE
Telef.253960100
Fax 253960176
Email: cm.esposende@mail.telepac.pt



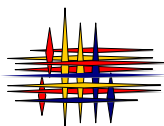
Rede Social

Actividades (o quê?)	Cronograma (até quando?)	Responsável (quem?)	Parcerias co-responsáveis (com quem?)
1. Identificação das acções desenvolvidas pelas entidades promotoras de formação e formadoras e destinatários (elaborar levantamentos das ofertas formativas das entidades parceiras e de outras entidades)*	Até 31 de Julho 2004	Anabela Oliveira	António Conde
2. Realizar acções de sensibilização, dirigidas à população, nas Juntas de Freguesia (workshop's; divulgação dos CRVCC) (interligada com OBJ.1, 2ªact.; OBJ.2, 2ªact.)	Até 31 de Dezembro de 2005		
3. Realização de encontros entre as entidades promotoras de formação e formadoras (para a elaboração do Diagnóstico de Formação)	Até 30 de Novembro de 2004	António Conde	Anabela Oliveira
4. Realização de Diagnósticos de necessidades de formação, estabelecendo protocolos entre as entidades promotoras de formação e formadoras e entidades externas (ex. Universidade do Minho, ESEIG – Vila do Conde) para a monitorização técnica do Diagnóstico, e articulando com o tecido empresarial	Até 31 de Dezembro de 2005	Anabela Oliveira Representantes das entidades formadoras	Grupo Técnico Empresários
5. Elaboração do Plano de Formação e locais de realização das acções	Até 31 de Dezembro de 2005	Representantes das entidades formadoras	Grupo Técnico Empresários
6. Elaboração de candidaturas a financiamentos	Até 31 de Dezembro de 2005	Representantes das entidades formadoras Câmara	Grupo Técnico

*Fontes de informação: UNIVA'S

Área Habitação, Habitação Social e Infraestruturas de Saneamento Básico, Ambiente e Segurança

Câmara Municipal de Esposende
Praça do Município
4740-233 ESPOSENDE
Telef.253960100
Fax 253960176
Email: cm.esposende@mail.telepac.pt



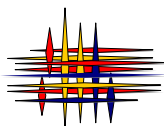
Habitação – Problemas identificados no Diagnóstico Social

Problema	Constrangimentos	Potencialidades
- Especulação na construção (venda e arrendamento) – 41% da habitação destina-se a segunda habitação - Insuficiência da habitação social	- Forte actividade turística gera especulação na construção - Faltam terrenos nos meios rurais - A dinâmica do arrendamento é fraca - Habitação Social (a procura é sempre maior do que a oferta)	- Habitação Social - Lotes para auto-construção
- Ausência de experiência de gestão colectiva dos espaços nas Habitações Sociais	- Dificuldades na gestão colectiva de espaços comuns e na regulação de formas de convivialidade	- Intervenção da autarquia na organização de condomínios nas habitações em propriedade horizontal - Acompanhamento sistemático às famílias (habitações unifamiliares)
- Persistência de modos de vida gerados nas situações de pobreza mesmo quando se garantem novas condições habitacionais (meios rurais)	- Baixo nível cultural da população (falta de educação cívica) - Dificuldades na gestão / organização dos novos espaços habitacionais - Persistência da precariedade da situação económica	- Projecto de Luta Contra A Pobreza “Continuar na Solidariedade” - SOLARH – Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação

Segurança/ Ambiente – Problemas identificados no Diagnóstico Social

Problema	Constrangimentos	Potencialidades
- Contaminação de solos e recursos freáticos - Erosão costeira - Poluição dos rios	- Utilização não controlada de produtos químicos nas explorações agrícolas - Dificuldade no tratamento de resíduos das explorações de produção animal - A cobertura de drenagem de águas residuais ainda não contempla a totalidade do concelho	- Cobertura de 100% ao nível da distribuição de água potável e de recolha de resíduos sólidos - 6 ETAR's - 2 Parques de Compostagem - Projecto de Educação Ambiental - Plano Estratégico do Litoral de Esposende - Área Protegida do Litoral de Esposende - Recursos hídricos

Outra área-problema diagnosticada no concelho prende-se com os problemas habitacionais que atingem a população com poucos recursos financeiros. Uma elevada percentagem de habitações no concelho destina-se a segunda habitação e férias (41%) e alguns dos espaços sem construção habitacional são objecto de exploração para actividades turísticas, devido à elevada actividade turística. Esta situação



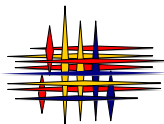
gera especulação imobiliária, encarece terrenos e construção, agravando as dificuldades das populações carenciadas residentes, que mesmo auferindo rendimentos do trabalho, quando estes são baixos, não têm condições de acesso ao mercado da habitação e respectivo sistema de crédito bancário, e mesmo ao mercado de arrendamento.

Para os jovens com baixos recursos é difícil construir habitação devido à falta de terrenos no mercado, mesmo em meio rural.

Existem agregados em situações de pobreza e exclusão múltipla, sem recursos financeiros para recuperarem habitações em elevado estado de degradação ou com índices de conforto muito reduzidos, ou ainda que procuram resolver os seus problemas habitacionais de forma muito precária construindo habitações abarracadas.

Existem problemas com arranjos urbanísticos no meio envolvente de casas recuperadas em meio rural, que permitam valorizar e requalificar os novos espaços habitacionais. Nas zonas rurais interiores detecta-se a existência de problemas ambientais, relacionados com a contaminação de solos e recursos freáticos. Face a esta situação, o grupo de trabalho nesta área centrou a sua prioridade de intervenção nas dificuldades no acesso à habitação por parte da população mais desfavorecida. Assim, o P.D.S. na área da Habitação consiste na realização do recenseamento de todos os casos existentes no concelho de famílias que vivem em alojamentos degradados, em situação de sobreocupação ou sem as necessárias condições de habitabilidade. Este recenseamento tem por finalidade o conhecimento dessas situações e o enquadramento das situações identificadas nos Programas ao nível da Política de Habitação. Pretende-se diminuir o êxodo rural da população que não tendo condições de acesso a habitação na sua freguesia, procura habitação noutras freguesias/concelhos. Esta situação tem consequências para a vida comunitária dessas freguesias: a população que sai procura os serviços (de apoio à infância, juventude, actividade profissional, actividades lúdicas, consumos,...) nas freguesias/concelhos onde se instala, conduzindo progressivamente à desertificação de algumas freguesias do concelho.

Outro problema detectado prende-se com a dificuldade na definição de critérios rigorosos, uniformes e transparentes para a avaliação das situações de precariedade habitacional, para a concessão de apoios.



O P.D.S. prevê assim a elaboração de um documento com a uniformização dos critérios de análise, que subjaz o recenseamento das famílias com necessidades habitacionais. Prevê igualmente o levantamento dos recursos habitacionais do concelho (habitação social, lotes para auto-construção, fogos devolutos, Programas e Projectos ao nível da Habitação).

Problema – prioridade: Dificuldades no acesso à habitação

Objectivo geral: Até 31 de Dezembro de 2005, identificar os Programas existentes de fomento da Política de Habitação de forma a enquadrar nos programas apropriados as diversas situações já diagnosticadas ou a diagnosticar, quer as relativas a dificuldade de acesso ao parque habitacional, quer as situações já instaladas de precariedade habitacional grave.

Objectivos específicos:

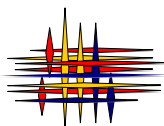
1º Até 31 de Dezembro de 2004, identificar/conhecer as famílias com necessidades habitacionais.

2º Até 31 de Dezembro de 2004, efectuar o levantamento dos recursos habitacionais do concelho.

3º Até 31 de Dezembro de 2005, seleccionar/captar programas a nível da Política de Habitação.

4º Até 31 de Dezembro de 2005, 20 famílias usufruirão de habitação condigna.*

* 20 famílias correspondem a 30% das situações de precariedade habitacional identificadas no levantamento efectuado no ano 2002, pelo Serviço de Acção Social da autarquia (67 situações).



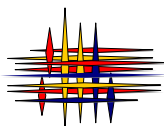
Plano de Acção (resultados/actividades/indicadores/meios de verificação/recursos/factores externos)

1º Objectivo: Até 31 de Dezembro de 2004, identificar/conhecer as famílias com necessidades habitacionais

Resultados	Actividades	Indicadores	Meios de Verificação	Recursos	Factores Externos
Existência de um Diagnóstico das necessidades habitacionais das famílias com dificuldades financeiras	1. Elaboração de documento com critérios de avaliação para efectuar o levantamento das famílias com necessidades habitacionais 2. Elaboração da ficha de caracterização sócio-económica e habitacional 3. Realização do levantamento "in loco" das condições habitacionais das famílias em situação de desfavorecimento social 4. Realização de reunião conjunta entre Técnicos da C.M.E., Presidentes das Juntas de Freguesia e outros "informadores privilegiados" (ex. Párocos, IPSS's, <i>outras forças vivas</i> do meio)	- Nº de famílias - Nº de habitações degradadas	- Documento com a definição dos critérios - Ficha de caracterização sócio-económica e habitacional - Registo de reuniões	C.M.E. Juntas de Freguesia Paróquias IPSS's Outras entidades	Constrangimentos: dificuldades para identificar todas as situações. Existência de situações que não se enquadram nos critérios previamente estabelecidos. Factores favoráveis: existência de levantamentos sobre as famílias a residir em situação de precariedade habitacional e de entidades com intervenção a nível habitacional

Plano Operacional

Actividades (o quê?)	Cronograma (até quando?)	Responsável (quem?)	Parcerias co-responsáveis (com quem?)
1. Elaboração documento com critérios de avaliação para efectuar o levantamento das famílias com necessidades habitacionais	30 de Setembro de 2004	Serviço de Acção Social/ C.M.E. Junta de Freguesia de Esposende	Grupo da Acção Social
2. Elaboração da ficha de caracterização sócio-económica e habitacional	30 de Setembro de 2004	Serviço de Acção Social/ C.M.E.	Grupo da Acção Social
3. Realização do levantamento "in loco" das condições habitacionais das famílias em situação de desfavorecimento social	31 de Dezembro de 2004	Serviço de Acção Social/ C.M.E. Juntas de Freguesia	Grupo da Acção Social
4. Realização de reunião conjunta entre Técnicos da C.M.E., Presidentes das Juntas de Freguesia e outros "informadores privilegiados" (ex. Párocos, IPSS's, <i>outras forças vivas</i> do meio)	31 de Dezembro de 2004	Serviço de Acção Social/ C.M.E. Juntas de Freguesia	Grupo da Acção Social

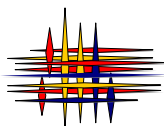


2º Objectivo: Até 31 de Dezembro de 2004, efectuar o levantamento dos recursos habitacionais do concelho

Resultados	Actividades	Indicadores	Meios de Verificação	Recursos	Factores Externos
Existência de um Diagnóstico dos recursos habitacionais	1. Realização do levantamento das Habitações Sociais/Lotes para Auto-Construção que estão a ser construídas/projectadas 2. Identificação dos fogos devolutos (proprietários, localização, caracterização da habitação)	Nº de Habitações Sociais Nº de lotes para Auto-Construção Nº de fogos devolutos	Listagem das Habitações Sociais e dos Lotes para Auto-Construção Listagem dos fogos devolutos	C.M.E. Juntas de Freguesia	Constrangimentos: dificuldades na identificação dos fogos devolutos. Factores favoráveis: existência de recursos habitacionais (lotes para auto-construção/habitação social, políticas a nível habitacional, Projecto de Luta Contra a Pobreza "Continuar na Solidariedade", SOLARH – Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação)

Plano Operacional

Actividades (o quê?)	Cronograma (até quando?)	Responsável (quem?)	Parcerias co-responsáveis (com quem?)
1. Realização do levantamento das Habitações Sociais/Lotes para Auto-Construção que estão a ser construídas/projectadas	31 de Dezembro de 2004	Serviço de Acção Social/ C.M.E.	Grupo da Acção Social
2. Identificação dos fogos devolutos (proprietários, localização, caracterização da habitação)	31 de Dezembro de 2004	Serviço de Acção Social/ C.M.E. Juntas de Freguesia	Grupo da Acção Social

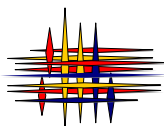


3º Objectivo: Até 31 de Dezembro de 2005, seleccionar/captar programas ao nível da Política de Habitação

Resultados	Actividades	Indicadores	Meios de Verificação	Recursos	Factores Externos
Acesso a uma habitação condigna das famílias identificadas	1. Realização do levantamento documental dos programas ao nível da Política de Habitação 2. Identificação das especificidades de cada programa ao nível da Política de Habitação 3. Enquadramento das situações identificadas no levantamento efectuado, nos programas apropriados	Nº de situações enquadradas	Documento com informação sobre os Programas de Apoio à Habitação	C.M.E. Juntas de Freguesia	Constrangimentos: existência de situações que não têm enquadramento nos Programas ao nível da Política de Habitação. Factores favoráveis: surgimento de novas políticas a nível habitacional

Plano Operacional

Actividades (o quê?)	Cronograma (até quando?)	Responsável (quem?)	Parcerias co-responsáveis (com quem?)
1. Realização do levantamento documental dos programas ao nível da Política de Habitação	30 de Junho de 2005	Serviço de Acção Social/ C.M.E. Juntas de Freguesia	Grupo da Acção Social
2. Identificação das especificidades de cada programa ao nível da Política de Habitação	30 de Junho de 2005	Serviço de Acção Social/ C.M.E. Juntas de Freguesia	Grupo da Acção Social
3. Enquadramento das situações identificadas no levantamento efectuado, nos programas apropriados	31 de Dezembro de 2005	Serviço de Acção Social/ C.M.E. Juntas de Freguesia	Grupo da Acção Social

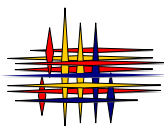


4º Objectivo: Até 31 de Dezembro de 2005, 20 famílias usufruirão de habitação condigna

Resultados	Actividades	Indicadores	Meios de Verificação	Recursos	Factores Externos
Melhoria das condições habitacionais de 20 famílias	1. Acção de realojamento de 20 famílias nas seguintes modalidades: - auto-construção (lotes) - habitação social - SOLARH - Projecto de Luta Contra a Pobreza "Continuar na Solidariedade" - Outros Programas de apoio à habitação	Nº de famílias realojadas	Documentos comprovativos Registos fotográficos	C.M.E. Associação Esposende Solidário	Constrangimentos: falta de respostas para a resolução de problemas habitacionais Factores favoráveis: existência de recursos habitacionais (Programas/Projectos de apoio à recuperação/aquisição de habitação)

Plano Operacional

Actividades (o quê?)	Cronograma (até quando?)	Responsável (quem?)	Parcerias co-responsáveis (com quem?)
1. Acção de realojamento de 20 famílias nas seguintes modalidades: - auto-construção (lotes) - habitação social - SOLARH - Projecto de Luta Contra a Pobreza "Continuar na Solidariedade" - Outros Programas de apoio à habitação	31 de Dezembro de 2005	C.M.E. Associação Esposende Solidário	Juntas de Freguesia Paróquias IPSS's



Àrea Educação

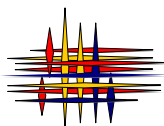
A Carta Educativa encontra-se em desenvolvimento, alicerçando-se em grande parte no trabalho desenvolvido aquando da elaboração do Diagnóstico da Rede Social.

Por este facto, e ainda devido à complexidade e especificidade do Guião para a elaboração da Carta Educativa esta encontra-se numa fase menos avançada do que o processo respeitante à Rede Social, prevendo-se no entanto, a conclusão do documento para finais do mês de Julho de 2004, e consequente aprovação pelo Conselho Municipal de Educação.

Esta preocupação de *finalizar* o documento respeitante à Carta Educativa do Concelho de Esposende decorre do facto de poder ter reflexos já no próximo ano lectivo, dando assim continuidade ao processo de estudo/diagnóstico/acção em curso e que progressivamente contribua para o desenvolvimento local da educação, objectivo que a elaboração da referida carta se propõe desencadear e sustentar. Neste sentido este processo visa na sua essência promover o sucesso educativo no concelho.

Numa primeira fase e na sequência da metodologia seguida pela equipa responsável pela elaboração do Diagnóstico Social procedeu-se ao desenho de uma metodologia específica mas convergente, de forma a adoptar estratégias de condução do estudo que servisse de base à elaboração da Carta Educativa, e que, ao mesmo tempo, assentasse numa concepção participativa dos agentes locais permitindo uma aproximação quanto possível aos diferentes problemas educativos e socioeducativos existentes. Tal postura permitiu uma melhor integração dos diferentes elementos pertencentes a diversos grupos de trabalho existentes, uma vez que alguns deles eram comuns podendo assim obter-se uma maior apropriação da filosofia de rede.

Numa segunda fase procedeu-se à recolha de informação a partir dos dados constantes do documento - Diagnóstico Social do Concelho de Esposende - no tocante à Área da Educação, que mereceram aprofundamento dado que o guião para a elaboração da carta educativa exigia outro tipo de dados muito específicos, pelo que se recorreu a fontes de informação diversa devido à discrepância dos dados

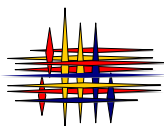


existentes. Esta fase terminou com a compatibilização e estabilização progressiva a partir dos dados provenientes das escolas, do Grupo da Educação da Rede Social e ratificada pelo Conselho Municipal de Educação.

Numa terceira fase produziram-se instrumentos de pesquisa que permitiram completar a recolha de informação quantitativa (e qualitativa) já existente e simultaneamente recolher outra adicional e que se foi revelando essencial, não só devido ao efeito de expansão do interesse de conjugar outro tipo de dados que um estudo desta natureza provoca, como resultado das sugestões dos grupos de trabalho e entidades envolvidas. Também o primeiro guião de elaboração da carta educativa foi a certa altura reajustado devido a orientações das estruturas centrais/regionais do Ministério da Educação, o que veio introduzir novas questões e retardar o processo de recolha e de compatibilização da informação até aí disponível.

Numa quarta fase e concomitante com a anterior foi traçado um plano de pesquisa de natureza qualitativa cujos instrumentos – guiões de entrevista – dirigidos a figuras-chave concelhias (responsáveis e técnicos autárquicos, responsáveis pelos agrupamentos escolares, responsáveis por coordenações de níveis de ensino, coordenadores de modalidades de ensino diversificadas, alguns professores e educadores, responsáveis por instituições sociais de diversa natureza, pais, crianças e jovens...), permitiu uma aproximação às representações do quotidiano escolar em ambiente natural, visualizando em simultâneo a realidade de forma situada. O estudo na sua globalidade, ao longo do tempo, foi sendo suportado com sucessivas contribuições de elementos do Grupo de Educação da Rede Social, do Conselho Municipal de Educação e ainda dirigentes e técnicos da Câmara Municipal.

A explicitação dos problemas resultantes do estudo, a nível da análise quantitativa e qualitativa foram alvo de debate e análise em três acções de *avaliação-formação-acção* do Grupo da Educação da Rede Social, tendo este participado na identificação dos problemas e seu (re)equacionamento tomando assim consciência colectiva dos diferentes problemas em torno essencialmente do insucesso e abandono escolar nas suas diferentes configurações e dimensões.



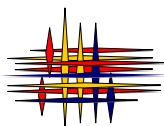
De uma forma geral, o documento Diagnóstico Social do Concelho de Esposende já continha no seu enunciado alguns dos problemas, constrangimentos e potencialidades que devido ao trabalho articulado entre os diversos intervenientes do Diagnóstico Social e da Carta Educativa foi possível integrar na data da aprovação do Diagnóstico Social, conforme se apresenta:

Educação – Problemas identificados

Problema	Constrangimentos	Potencialidades
- Falta de articulação entre níveis de ensino (pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos) e instituições de apoio à infância	- Dificuldades no planeamento de actividades ao nível das estruturas com apoios aos tempos livres e prolongamentos de horário	- Cobertura concelhia satisfatória ao nível dos Centros de Actividades e Tempos Livres/Espaços de Animação Sócio-Educativos e prolongamentos de horário
- Insucesso escolar - Abandono escolar a partir do 2º ciclo	- Problemáticas sociais (famílias em situação de exclusão económica, social e cultural) - Desvalorização da Escola por parte da própria família - Problemas organizativos da própria Escola	- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens - Instituições Particulares de Solidariedade Social - Associações desportivas, culturais e recreativas - Outras instituições que promovem serviços de apoio à infância e juventude
- Insuficiências de recursos humanos qualificados nas instituições	- Dificuldades na planificação/execução de actividades - Limitações financeiras das instituições	- Cobertura concelhia satisfatória ao nível das Instituições Particulares de Solidariedade Social e instituições com respostas sociais
- Sobrelotação da Escola 1º, 2º e 3º ciclos António Correia de Oliveira	- Estrutura organizativa dos agrupamentos - Concentração populacional em algumas freguesias - Problemas de deslocação inter-freguesias de crianças e jovens, devido às dinâmicas populacionais	- Boa cobertura de equipamentos educativos

Alterar a forma de agrupamento dos estabelecimentos de ensino, aumentar o número de crianças no pré-escolar, reduzir os índices de abandono e insucesso escolar, articular de forma complementar os diferentes níveis de ensino, bem como os equipamentos que recebem crianças e jovens em idade escolar são necessidades para que aponta o Diagnóstico Social.

A área da educação integra-se num sistema de ensino que se encontra em reformulação e é considerado um dos campos prioritários e estratégico para o desenvolvimento sustentado do País.



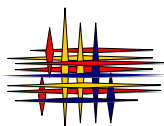
A Carta Educativa encontra-se numa fase de aprofundamento específico e terá uma publicação autónoma posterior ao P.D.S. mas conceptualmente convergente, estando deste modo presente, a nível processual, o cultivo do sentido do envolvimento dos agentes educativos locais.

Neste momento foram introduzidos no processo negociações e articulações inter-municipais (VALIMAR) para a elaboração de uma Carta Educativa comum aos concelhos parceiros. No sentido de garantir a concepção original do documento correspondente à Carta Educativa do Concelho de Esposende e, simultaneamente, garantir a sua integração num documento inter-municipal está a decorrer a partilha de documentos.

Assim o **Plano de Desenvolvimento da Rede Educativa** para o concelho de Esposende assenta em torno de três eixos complementares:

- primeiro eixo – ordenamento;
- segundo eixo - pedagógico/científico, e
- terceiro eixo - articulação/gestão de redes.

Decorre deste plano, um outro, de acção estratégica, o **plano de acção estratégica**, que conterà a concepção de uma estrutura base de animação para a gestão da participação dos actores envolvidos e a envolver face à problematização e resolução dos problemas diagnosticados.



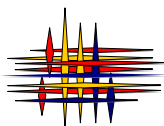
Área Associações Desportivas

Carta Desportiva e Diagnóstico Desportivo do Concelho de Esposende

O Serviço de Fomento do Desporto da Câmara Municipal de Esposende está a realizar um estudo com vista à elaboração da Carta Desportiva e do Diagnóstico Desportivo do Concelho de Esposende.

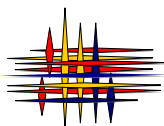
A elaboração da *Carta Desportiva* encerra em si dois grandes objectivos: (1) caracterizar a *população* que pratica desporto no concelho de Esposende; e (2) identificar e caracterizar a *oferta desportiva*, ao nível das instituições e equipamentos desportivos. O que se pretende, portanto, é elaborar um “mapa desportivo” onde seja possível observar a distribuição concelhia da população que pratica desporto, da oferta desportiva - identificando-se e caracterizando-se as instituições que prestam serviços ao nível do desporto (associações e empresas desportivas) -, bem como dos equipamentos desportivos disponíveis e ao dispor da comunidade, podendo, assim, entre outros dados, identificar-se eventuais assimetrias existentes ao nível destas dimensões.

No que respeita ao *Diagnóstico Desportivo*, trata-se de um documento de carácter não tanto descritivo e quantitativo, como o anterior, mas mais avaliativo e qualitativo. Assim, o principal objectivo deste diagnóstico é avaliar a prática desportiva federada existente no concelho de Esposende, quer ao nível dos *recursos físicos* disponíveis, quer ao nível dos *recursos humanos*. Para que esta avaliação seja o mais rigorosa e fidedigna possível, estão a ser consultados todos os agentes desportivos do concelho - treinadores, dirigentes, atletas e pais de atletas, no caso da formação desportiva. Assim sendo, os resultados no final do estudo indicarão a sua percepção face às dimensões em avaliação, que são (1) as *condições de trabalho dos clubes*, (2) as *competências dos treinadores*, (3) as *competências dos dirigentes* e (4) os *comportamentos parentais*, subdividindo-se, cada uma delas, em vários itens de análise.



Rede Social

Assim sendo, e a partir da análise de todas estas variáveis, será possível identificar quais são as principais necessidades quer da população, quer das instituições desportivas, podendo, desta forma, a Carta Desportiva e o Diagnóstico Desportivo, constituir-se como dois instrumentos válidos de trabalho, que poderão suportar e fundamentar algumas das estratégias orientadoras da ação autárquica para a área desportiva, e até mesmo educativa e social.



IV – Sistema de Informação

O sistema de informação pretende ser um circuito informativo dinâmico, no âmbito do diagnóstico e planeamento do CLAS, para posterior sistematização e difusão de informação por parte da equipa de coordenação técnica do Programa. Consiste na montagem de um dispositivo de recolha de informação a partir da definição de um conjunto de indicadores definidos pelo Instituto de Solidariedade e Segurança Social, para a uniformização da informação de todos os CLAS, contribuindo para a construção de uma base de dados nacional. Este sistema deverá ser regularmente actualizado de acordo com a evolução do processo de intervenção.

Para aceder à informação disponível no site do Instituto de Solidariedade e Segurança Social sobre a Rede Social de Esposende deverá proceder da seguinte forma:

1º Entre no site: www.seg-social.pt, abra a página da Acção Social e, depois clique na Rede Social.

2º Como aceder ao INTERCL@S VIRTUAL?

Na Rede Social, para aceder à informação sobre a actividade dos Conselhos Locais de Acção Social, proceda da seguinte forma:

Clique na página: acesso aos CLAS`s

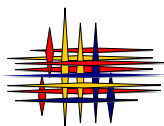
Ao entrar aparecerá a seguinte mensagem:

Indique o código de utilizador: introduza neste campo o nome do concelho – **Esposende**

Seguidamente surgirá a mensagem:

Indique a senha do utilizador **Esposende**: introduza o seguinte código **Es306**

Câmara Municipal de Esposende
Praça do Município
4740-233 ESPOSENDE
Telef.253960100
Fax 253960176
Email: cm.esposende@mail.telepac.pt

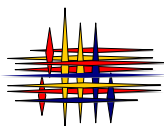


Rede Social

Após esta operação entrou no INTERCL@S VIRTUAL, podendo aceder à informação disponível sobre a intervenção da Rede Social no Concelho de Esposende, nomeadamente os documentos produzidos bem como outras informações de interesse para as instituições e comunidade em geral, e sobre o processo de implementação da Rede Social nos outros concelhos.

Quanto à questão do acesso à informação a nível local, esta poderá ser assegurada de diversas formas das quais salientamos as seguintes:

- Elaboração de um desdobrável divulgativo da Rede Social
- Divulgação das etapas de implementação da Rede Social nos meios de comunicação social locais e regionais
- Divulgação do Diagnóstico Social do Concelho de Esposende no site www.amvc.pt/cm.esposende@mail.telepac.pt
- O P.D.S. na área da Acção Social prevê a montagem de um sistema de informação entre as Comissões Sociais Inter Freguesias e o Conselho Local de Acção Social, para a divulgação dos seus diagnósticos, planos de acção e outras informações sobre a actividade das instituições locais e projectos de interesse para a comunidade em geral.



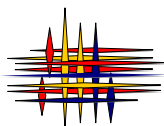
V - Coerência externa do Plano de Desenvolvimento Social – articulação com outros instrumentos de planeamento

A articulação do PDS com outros instrumentos de planeamento favorece a rentabilização de esforços e recursos afectados, evita que o inscrito no PDS entre em contradição ou se sobreponha a outros planos e permite complementar intervenções.

Esta articulação tem em conta não só os instrumentos de planeamento e programas nacionais e locais, mas também os Programas Operacionais financiados pela União Europeia.

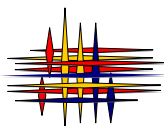
Articulação com formas de planeamento locais: fez-se um esforço no sentido de complementar os Projectos de Intervenção elaborados pelos vários grupos de trabalho com outros instrumentos de planeamento existentes a nível local.

Grupo	Instrumento de planeamento	Técnicos
Habituação, segurança e ambiente	PDM/Agenda 21 Local	Arqº. Paulo Guerreiro/Engº. Pedro Capitão
Emprego e actividades económicas	Projectos relacionados com a área do emprego	Drª. Márcia Mesquita
Associações	Estudo sobre as associações desportivas	Dr. Diogo Zão
Educação	Carta educativa	Drª. Paula Mouta



Alguns Recursos Exógenos/Endógenos existentes

Domínio	Políticas/ programas/ projectos de âmbito local	Políticas de âmbito nacional
Habituação/ Ambiente	Habituação Social Lotes para Auto-construção Projecto de Luta Contra a Pobreza “Continuar na Solidariedade” Planos Inter Municipais de Ordenamento do Território Plano Director Municipal Planos de Urbanização Planos de Pormenor Projecto de Educação Ambiental Plano estratégico do litoral de Esposende Área Protegida do Litoral de Esposende Agenda 21 Local Implementação de um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Ambiente	IAJ - Incentivo ao Arrendamento Jovem SOLARH – Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território Plano Regional de Ordenamento Florestal Plano de Ordenamento da Orla Costeira Estratégia Nacional de Desenvolvimentos Sustentável Programa Finisterra
Emprego	UNIVAS's – Unidades de Inserção Para a Vida Activa Formação Profissional Instituições de Formação Profissional Balcão de Atendimento do Instituto de Emprego e Formação Profissional	Políticas para a promoção de emprego: Programas Ocupacionais, Empresa de Inserção, Estágios Profissionais Formação Profissional Estratégia Nacional de Desenvolvimentos Sustentável: painel sectorial institucional: Agricultura, Desenvolvimento Rural e Florestas; Pesca Infraestruturação de Zonas Industriais
Saúde	Plano Municipal de Prevenção da Toxicodependência Centro de Saúde de Esposende - Equipa de Saúde Escolar Projecto Caminhos Grupo dos Alcoólicos Anónimos Grupo AI-Anon	PNS – Contributos para um Plano Nacional de Saúde – Orientações Estratégicas
Educação	Espaços sócio-educativos/Instituições locais Valências para a Infância, Juventude, Deficiência/ Instituições locais PIEF - Programa Integrado de Educação Formação	CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens PETTI – Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil Bibliotecas Escolares PNAPAE – Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar FCCN – Fundação Para a Computação Científica Nacional
Ação Social	Câmara Municipal de Esposende – Serviço de Acção Social Serviço Sub Local do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Braga Projecto de Luta Contra a Pobreza “Continuar na Solidariedade” Instituições locais Percurso no Feminino – Gabinete Para a Igualdade de Oportunidades	RSI – Rendimento Social de Inserção CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens PNAI - Plano Nacional de Acção Para a Inclusão ENDS (Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável) – Painel Sectorial Institucional Aspectos Sociais



5.1. A Rede Social e o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI)

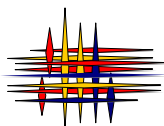
A Rede Social é um dos instrumentos de concretização do Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003-2005. O contributo do Plano Nacional de Acção para a Inclusão é um plano macro, definindo metas e prioridades nacionais, desenhando novas políticas sociais e elencando os instrumentos disponíveis para a intervenção. No plano local, a Rede Social está vocacionada para concretizar os objectivos e metas nacionais, traduzidos em projectos e acções específicas definidas em função dos problemas concretos identificados no local.

A Rede Social integra-se nos objectivos e directrizes do PNAI, nomeadamente:

- objectivo 4) Mobilizar o conjunto dos intervenientes
- directriz c) promover o diálogo e a parceria entre todos os intervenientes públicos e privados em causa, e considerado no conjunto de Boas Práticas apresentadas no referido Plano.

Principais interacções entre o Plano Nacional de Acção para a Inclusão e o Programa Rede Social

O Plano Nacional de Acção para a Inclusão assume-se como um instrumento de planeamento, centrado em objectivos comuns aos 15 Estados Membros da União Europeia. Define uma estratégia nacional, concertada para a inclusão social, traça um breve diagnóstico da realidade social do País e sistematiza os instrumentos existentes e novos instrumentos (medidas, programas e projectos), que podem contribuir para a inclusão de indivíduos, grupos sociais e territórios em situação de pobreza e exclusão social.



Rede Social

A Rede Social promove um planeamento integrado, participado e sistemático para garantir maior eficácia ao conjunto de respostas e intervenções sociais nos concelhos e freguesias, através de um Programa estruturante que se propõe desenvolver parcerias que articulem intervenções sociais dos diferentes agentes sociais (das entidades públicas e privadas), assentes na igualdade entre eles e no consenso de objectivos, em torno do combate à pobreza e à exclusão social.

A Rede Social, à semelhança do Plano Nacional de Acção para a Inclusão, só pode concretizar-se com o empenhamento de vários actores em simultâneo.

Concluindo, os principais objectivos do Programa da Rede Social concretizam as orientações gerais do Plano Nacional de Acção para a Inclusão, no âmbito da inclusão social, contribuindo para a coesão social.

VI – Organização da Rede Social

6.1. Objectivos da Rede Social

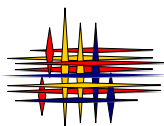
O Programa Rede Social foi criado pela Resolução do Conselho de Ministro nº 197/97, de 18 de Novembro (RCM), que reconhece publicamente e institucionaliza a rede social existente no País, que é constituída por um vasto espectro de pequenas redes de solidariedade e representa uma força vital a ser incorporada na definição e execução das políticas sociais.

A Resolução, para além de reconhecer os valores que norteiam as redes de solidariedade existentes, pretende fomentar a formação de redes de apoio social integrado de âmbito local, contribuindo para a cobertura equitativa do País em serviços e equipamentos sociais através da conjugação de esforços das diferentes entidades locais, regionais e nacionais envolvidas.

A Rede Social é um fórum de articulação e congregação de esforços e baseia-se na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar. A Rede deverá assumir uma postura activa de ir ao encontro das diferentes entidades que actuam no domínio social, suscitando a sua participação.

Espera-se deste modo que, sem a criação de novos organismos nem aumento, significativo, de despesas, se fomente a solidariedade social, se optimizem as diferentes capacidades de resposta e se adaptem, com base nessa dupla dinâmica, as novas medidas de política social que se vão tornando necessárias e possíveis. A Rede Social poderá contribuir decisivamente para criar uma consciência pessoal e colectiva mais informada e responsável sobre os problemas sociais, suas causas e consequências para toda a sociedade, e consequentemente activar meios e agentes de resposta.

A parceria que materializa a Rede Social organiza-se a partir da criação de Comissões Sociais de Freguesia e/ou Comissões Sociais Inter Freguesias, a nível da freguesia, e do Conselho Local de Acção Social, de âmbito concelhio.



Finalidade do Programa da Rede Social

A Rede Social pretende contribuir para a melhoria em geral da qualidade de vida de todos os residentes no concelho, com especial importância para a população em situação de pobreza e exclusão social.

Metodologia

A metodologia da Rede consiste no planeamento integrado assente na conjugação de esforços e na definição de prioridades e estratégias participada por todos os agentes locais.

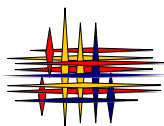
Esta metodologia de planeamento sistemático da intervenção social inclui o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social e respectivo plano de operacionalização, envolvendo todos os parceiros de forma contínua, intervindo nas causas dos problemas e otimizando a utilização dos recursos existentes.

Modelo de Funcionamento

A Rede Social assenta no princípio da parceria e no reconhecimento de complementaridades, organizando-se a partir de fóruns de âmbito concelhio ou de freguesia, denominados, respectivamente, como o Conselho Local de Acção Social (CLAS) e as Comissões Sociais Inter Freguesias (CSIF).

O que é o CLAS?

O Conselho Local de Acção Social é o órgão dinamizador da Rede Social que se apresenta como fórum de participação, representação, articulação e congregação de esforços das várias entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que a ele queiram aderir, com o objectivo de planear integradamente iniciativas de desenvolvimento social para uma maior eficácia na erradicação da pobreza e exclusão social.



O que é a CSIF?

A Comissão Social Inter Freguesias é um fórum de âmbito local, que pressupõe a adesão livre das Juntas de Freguesias e das entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar.

6.2. Desafios subjacentes ao Programa Rede Social

Com a implementação da Rede Social pretende-se a racionalização das respostas na área da intervenção social e a rentabilização dos recursos, no plano local, superando a actual situação de ausência de planificação integrada, o que pressupõe que as autarquias, os serviços e as entidades sem fins lucrativos unifiquem esforços para ultrapassar este constrangimento.

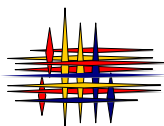
Na medida em que todas as entidades que têm intervenção de âmbito social, num dado território, são chamadas a produzir um diagnóstico e um plano de desenvolvimento social, emerge um segundo desafio que é a constituição de parcerias com uma base a mais ampla possível, cuja esfera de actuação está centrada na planificação. Estas parcerias, baseadas no princípio da livre adesão, deverão ser um exemplo de democracia participada, visto que permite a todas as entidades fazerem ouvir a sua voz e pressupõe uma lógica de consensualização das decisões.

A constituição deste tipo de parcerias, na medida em que abarcam o conjunto das áreas de intervenção social, sugere a necessidade de se equacionar as formas de articulação existentes no mesmo concelho, procurando encontrar formas de organização específicas que simplifiquem os métodos de trabalho e agilizem os procedimentos, evitando perdas de tempo e desgaste das energias.

A concretização da Rede Social constitui um desafio, na medida em que é uma tarefa difícil, exigindo muito esforço e empenhamento por parte dos dirigentes e técnicos. No entanto, este é um esforço que vale a pena, já que a superação dos desafios representará, sem dúvida, um enorme salto qualitativo na intervenção social a nível local e, também, nacional.

Índice de abreviaturas

ACIB – Associação Comercial e Industrial de Barcelos
ACICE – Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende
CDSSS – Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social
CLAS – Conselho Local de Acção Social
CME – Câmara Municipal de Esposende
CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
CRVCC – Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
CSF – Comissão Social de Freguesia
CSIF – Comissão Social Inter Freguesias
ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
EPE – Escola Profissional de Esposende
ESEIG – Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão
FCCN – Fundação Para a Computação Científica Nacional
HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana
IAJ – Incentivo ao Arrendamento Jovem
IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional



Rede Social

IPSS's – Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISSS – Instituto de Solidariedade e Segurança Social

ONU – Organização das Nações Unidas

PDM – Plano Director Municipal

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

PETTI – Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil

PIEF – Programa Integrado de Educação Formação

PNAI – Plano Nacional de Acção Para a Inclusão

PNAPAE – Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar

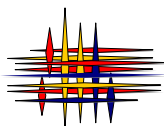
PNS – Contributos para um Plano Nacional de Saúde – Orientações Estratégicas

RMG – Rendimento Mínimo Garantido

RSI – Rendimento Social de Inserção

SOLARH – Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação

UNIVAS's – Unidades de Inserção Para a Vida Activa



Anexo I - Metodologia de construção do Plano de Desenvolvimento Social

A metodologia utilizada de trabalhar por áreas de análise – habitação, saúde, acção social, emprego e actividades económicas – entendeu-se ser a mais adequada para mobilizar a participação dos agentes com intervenção nas diversas áreas representadas, e garantir quer a representação de múltiplas sensibilidades em presença (autarcas, técnicos das várias entidades a operar no terreno, dirigentes,...) e respectivos objectivos/expectativas, quer a identificação da diversidade de necessidades e problemas em presença. Por outro lado, esta estratégia facilita, ainda, a identificação de potencialidades endógenas ao tecido social e territorial e a sua mobilização em função dos problemas identificados, afectando recursos e envolvendo os agentes sociais na sua resolução.

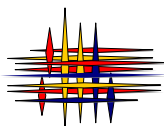
A partir do quadro-síntese com as problemáticas, constrangimentos e dificuldades de cada área, cada grupo seleccionou a prioridade para o concelho.

A partir da prioridade procedeu-se à definição de um objectivo estratégico e à construção de um projecto integrado: objectivo geral, objectivos específicos, resultados e indicadores.

Procedeu-se igualmente à constituição de uma equipa técnica para a operacionalização do projecto integrado, formada pelos responsáveis das actividades, que ficarão responsáveis pelo processo de monitorização do Plano de Desenvolvimento Social.

Para a dinamização dos grupos de trabalho realizaram-se dois workshop's em cada grupo:

- Grupo da Saúde;
- Grupo do Emprego, Formação Profissional e Actividades Económicas;
- Grupo da Habitação, Habitação Social e Infraestruturas de Saneamento Básico, Segurança e Ambiente;
- Grupo da Acção Social (o workshop realizou-se durante um dia, com 2 partes: manhã e tarde).



A metodologia da realização de workshop's em cada grupo de trabalho, pretendeu lançar o grupo num patamar de intervenção centrado na apropriação de uma lógica de intervenção – a do projecto. A ideia de projecto é incorporada ao perspectivar os problemas em termos transversais. Cada projecto tem que ser integrado, incorporando os contributos de cada instituição, a transversalidade dos problemas e a multidimensionalidade das respostas, o que significa a ideia de projecto integrado.

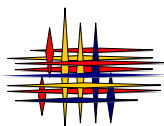
Trata-se de introduzir um grau de planeamento mais rigoroso e orientado para impactos mais profundos e duráveis.

1. Técnica de Planeamento: a Matriz de Enquadramento Lógico (MEL)

A Matriz de Enquadramento Lógico é um instrumento de planeamento de projecto para organizar as ideias, estruturar os objectivos, distribuir as responsabilidades/tarefas e estabelecer os canais de circulação da informação.

A Matriz de Enquadramento Lógico (MEL) ou também denominada Matriz do Quadro Lógico é um conjunto de conceitos interdependentes que descrevem a matriz, isto é, a base estruturada que permite operacionalizar os aspectos mais importantes de um projecto e enquadra logicamente as suas propostas. Esta descrição permite verificar se a intervenção é correctamente instruída, facilita o acompanhamento e proporciona uma avaliação mais satisfatória.

É um instrumento estruturador do projecto porque: estabelece uma hierarquia de objectivos, distingue entre objectivos globais e específicos, estabelece os resultados a atingir relacionando-os com o objectivo específico, determina operacionalmente as actividades a realizar para que os resultados sejam atingidos, estabelece indicadores verificáveis para cada uma das etapas, estabelece inputs para as



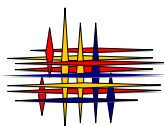
tarefas a executar: recursos humanos, materiais e financeiros, explicita os meios concretos de verificação dos indicadores, indica as condições externas que condicionam o êxito do projecto.

A Matriz de Enquadramento Lógico resume neste quadro:

Porque	o projecto é executado
O que	o projecto quer alcançar
Como	o projecto vai obter os resultados
Quais	os factores externos importantes para o êxito do projecto (constrangimentos e contextos favoráveis)
Através	de quê se consegue medir o êxito do projecto
Onde	se vão encontrar os dados para proceder à avaliação do projecto
Quanto	custará o projecto

Etapas lógicas do preenchimento da Matriz:

- Definir estrategicamente o objectivo global do projecto (sectorial)
- Definir estrategicamente os objectivos específicos do projecto
- Definir os resultados para atingir os objectivos específicos do projecto
- Identificar as actividades necessárias para atingir cada um dos resultados
- Definir os indicadores verificáveis para cada actividade
- Identificar os meios de verificação das actividades enunciadas



Uma vez escolhida a estratégia do projecto, descrevem-se os principais elementos do projecto (objectivos, resultados esperados, actividades, recursos, custos), num plano operacional.

Algumas instruções específicas sobre cada Etapa de preenchimento da Matriz

- Definição do Objectivo Específico do projecto

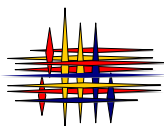
É o objectivo visado que deve ser atingido com a implementação do projecto. Corresponde aos efeitos ou impacto esperado dos resultados do projecto. É a razão pela qual o projecto é realizado. Descreve o que vai mudar como consequência dos resultados do projecto.

- Definição do Objectivo Global do projecto

A definição do objectivo global do projecto deriva da programação sectorial de desenvolvimento ou de intervenção em sectores mais amplos que o da capacidade de intervenção específica do projecto. O projecto deve contribuir para a realização do objectivo global mas não pode assegurar a sua concretização. Diversos objectivos específicos concorrem para a concretização de cada objectivo global.

- Definição dos Resultados do projecto

Os resultados definem o que o projecto se propõe “produzir” ou realizar. Concretizam os compromissos que a equipa técnica do projecto deve cumprir e para os quais os recursos estão disponibilizados.



- Definição das Actividades do projecto

As actividades estruturam a concretização dos resultados e objectivos do projecto. Enunciam as acções a empreender pela equipa para concretizar os resultados. A definição das actividades deve ser bastante elaborada de modo a permitir produzir um plano de trabalho (Plano Operacional) para calcular: a duração da intervenção, os meios humanos e materiais e o orçamento necessário. Na listagem das actividades e respectivo plano operacional, deverão incluir-se, discriminadamente, as tarefas a realizar pela equipa.

- Identificação dos pressupostos/condicionantes externos

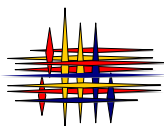
Os pressupostos e/ou condicionantes são as condições externas sobre as quais o projecto não exerce controlo, mas que influenciam e condicionam a realização dos objectivos.

- Definição dos Indicadores

Os indicadores obrigam à definição mais precisa e mensurável dos objectivos, dos resultados e das actividades do projecto e fornecem-nos uma base objectiva para a sua avaliação. Os indicadores são expressos em termos de quantidade, qualidade e prazos.

- Acrescentar os meios de verificação

Os meios de verificação definem as fontes de informação. Indicam-nos onde obter as informações que permitem verificar se os indicadores foram realizados.



2. Os grupos de trabalho – objectivos dos workshop's

Papel do dinamizador

Para ajudar a construir o seu projecto de intervenção o grupo contou com o apoio de um elemento externo – o facilitador – que tem por missão facilitar o processo de planeamento e trazer contributos importantes, tanto ao nível da definição dos conteúdos do Plano, quanto ao nível do processo de planeamento. Este elemento externo identifica as questões-chave para o grupo, organiza a identificação dos objectivos, implica o grupo para que ele se responsabilize pelo processo, ajuda a procurar consensos, ajuda a que todas as pessoas participem, facilita o surgimento de propostas, de planos de intervenção, induz o padrão técnico: propostas de intervenção, equipas de trabalho, planos operacionais (com datas, objectivos específicos, actividades,...). A mais valia dada por este elemento externo pode resultar não só da sua experiência e conhecimentos na área do planeamento, mas também do facto de ser independente em relação ao processo e poder proporcionar ao grupo uma visão distanciada.

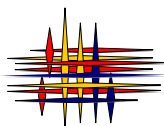
Na última fase de trabalho de cada workshop foi eleito em cada grupo um grupo técnico restrito (até 6 elementos), que ficou responsável por melhorar e terminar a prioridade e o plano de acção e cruzar o seu projecto de intervenção com os dos restantes grupos.

Resultados dos Workshop's (em sequência):

1. Eleição da prioridade de intervenção
2. Matriz de Projecto (MEL) desenhada
3. Definido o modelo de gestão do projecto: equipa/grupo/acompanhamento/avaliação/implementação
4. Definida e formalmente estabelecida a equipa de projecto

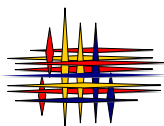
1ª Sessão (duração:3 horas)

Actividades	Metodologia
Apresentação	A responsável local pela implementação da Rede Social apresenta o facilitador. O facilitador vai ajudar o grupo a: - construir uma prioridade de intervenção para 2004-2005 a partir do diagnóstico já elaborado; - definir um plano de acção para 2004.
Facilitador	Apresenta-se e pede ao grupo para se apresentar rapidamente. Focaliza o grupo nos resultados e no tempo disponível.
Primeiro objectivo da sessão:	Construir a prioridade de intervenção
Identificação do problema prioritário que defina a prioridade de intervenção	Afixação na parede em papéis separados dos problemas/constrangimentos/potencialidades considerados prioritários no diagnóstico. Para a selecção da prioridade, o grupo pode: a) Seleccionar pelo problema/problemática para a qual detêm mais possibilidades de obter resultados; b) Seleccionar a prioridade em relação aos problemas apresentados (urgência/importância) c) Seleccionar pelo problema/problemática para o qual existem mais constrangimentos e potencialidades.
Construção do objectivo prioritário de intervenção e respectivos indicadores de avaliação (junto com os meios de verificação)	Objectivo Geral Afixação e sucessiva reformulação em diferentes papéis na parede das propostas de formulação Validação e produção de consenso no grupo
Construção de objectivos operacionais identificados nas diferentes áreas de intervenção(ou temáticas)	Propor ao grupo a reflexão sobre a ligação daquele objectivo com as diferentes áreas e seus problemas específicos de modo a produzir a integração e focalização no objectivo global/geral Identificação de problemas associados ao problema prioritário e construção dos respectivos objectivos específicos
Identificação dos resultados esperados para o(s) objectivo(s) específico(s)	Para cada objectivo constroem-se os resultados
Identificação dos indicadores	Para cada nível – objectivo geral, específico e resultados, identificam-se os indicadores e constrói-se uma coluna de indicadores



2ª Sessão (duração:3 horas)

Actividades	Metodologia
Segundo objectivo da sessão:	Definir o plano de acção para 2004
Validar os resultados já atingidos	
Opção: Organização de sub grupos de trabalho por objectivo	Distribuição pela sala dos subgrupos Para identificação dos recursos (financeiros e outros) e de actividades para o objectivo operacional.
Para cada resultado esperado, e face aos recursos ir construindo o plano de acção	Construir um quadro de dupla entrada, com as seguintes colunas: actividades; cronograma (quando); responsável (quem); parceiros (com quem)
Identificação da Equipa Técnica gestora do projecto	Registo em papel cenário das opções a partir dos responsáveis por cada grupo de actividades.
Definição do modelo de gestão do projecto	Registar no Plano de Acção: - momentos de interacção da equipa gestora com o grupo; - calendarização da avaliação e monitorização
Próximos passos: a equipa gestora fica responsável por melhorar/terminar a prioridade e o plano de acção e cruzar com os grupos das restantes prioridades.	



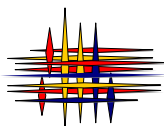
Constituição dos Grupos Técnicos

Grupo Técnico: Acção Social

ENTIDADE	REPRESENTANTE
Associação Social, Cultural e Recreativa de Apúlia	Iva Vasconcelos
Câmara Municipal de Esposende	Cristina Figueiredo Marina Costa
Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Esposende	Ana Gonçalves
Esposende Solidário – Associação Concelhia para o Desenvolvimento Integrado	Teresa Vieira
Kerigma – Instituto de Inovação e Desenvolvimento Social de Barcelos	Alexandra Coelho

Grupo Técnico: Saúde

ENTIDADE	REPRESENTANTE
Associação Portuguesa de Paramiloidose – Núcleo de Esposende	Leonor Rosa Aristides Sousa
Câmara Municipal de Esposende	Cristina Figueiredo
Esposende Solidário – Associação Concelhia para o Desenvolvimento Integrado	Ana Sofia Cruz

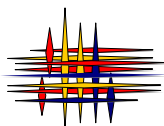


Grupo técnico: Área Habitação

ENTIDADE	REPRESENTANTE
Câmara Municipal de Esposende	Cristina Figueiredo Marina Costa Ricardo Sá

Grupo técnico: Emprego, Formação Profissional e Actividades Económicas

ENTIDADE	REPRESENTANTE
Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende	Anabela Oliveira
Câmara Municipal de Esposende	Cristina Figueiredo Márcia Mesquita
Escola Profissional de Esposende (Zendensino)	António Conde
Instituto do Emprego e Formação Profissional	José Carlos Ferreira
Serviços Concelhios de Educação Recorrente e Extra-Escolar	Augusto Silva

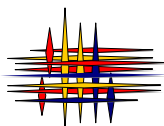


Participações dos agentes locais nas reuniões e grupos técnicos

Reuniões dos Grupos Alargados

Grupo de trabalho	Data	Local	Horário	Nº entidades	Nº presenças	Percentagem
Saúde	26.01.04	Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende	17.00-20.00	12	9	75%
	02.02.04	Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende	17.00-20.00	12	9	75%
	18.02.04	Câmara Municipal de Esposende	17.00-20.00	13	7	58%
Emprego, Formação Profissional e Actividades Económicas	04.02.04	Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende	17.00-20.00	22	12	55%
	11.02.04	Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende	17.00-20.00	22	11	50%
Educação	19.02.04	Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende	15.00-18.30	38	25	66%
Habitação, Habitação Social e Infra-Estruturas de Saneamento Básico	03.03.04	Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende	17.30-20.30	21	10	48%
	10.03.04	Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende	17.30-20.30	21	9	43%
Ação Social	12.03.04	Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende	09.30-13.00/ 14.30-17.30	46	23	50%

Percentagem média de presenças: 58%



Reuniões dos Grupos Técnicos

Grupo de Trabalho	Data	Local	Horário	Nº de entidades	Nº de presenças	Percentagem
Saúde	09.02.04	Câmara Municipal de Esposende	16.30-18.00	3	3	100%
Saúde	02.03.04	Câmara Municipal de Esposende	15.30-18.00	3	3	100%
Emprego, Formação Profissional e Actividades Económicas	20.02.04	Escola Profissional de Esposende	14.30-17.30	6	6	100%
Acção Social	19.03.04	Câmara Municipal de Esposende	9.30-12.00	5	5	100%
Acção Social	26.03.04	Câmara Municipal de Esposende	9.30-11.30	5	5	100%

Percentagem média de presenças: 100%